



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 158

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2899
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2911

TAQUIGRAFIA

31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS.

Em 14 de Setembro de 2017

Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado

(Às 14 horas e 29 minutos e aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública, objetivando debater a Ressocialização do Sistema Prisional do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Exmº Sr. Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. Exmº Sr. Cel. PM Marcos Rocha, Secretário de Justiça. Dr. Júlio Ugalde, Assessor, Delegado, representando a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania. Dr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, representando a OAB. Sr. Luiz Marques, Presidente da ONG ACUDA; Sr. Anderson Dias, Gerente de Reinserção da Secretaria de Justiça; Sr. Sidney Rivero Tavernard, 1º Secretário da APAC e Vice-Presidente do Comitê de Combate à Tortura. Convidamos também para compor à Mesa José Joaquim dos Santos, missionário.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, iniciamos esta Audiência Pública com a finalidade de dis-

cutir a Ressocialização Prisional no Estado de Rondônia. Sintam-se em Casa e sejam todos bem-vindos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado, podem sentar. Antes das palavras iniciais de S. Exª. Sr. Deputado Léo Moraes, registramos a presença da Sra. Fátima Ferreira, Técnica da Gerência da SEDUC. Sra. Ângela Maria Aguiar, Técnica Pedagógica do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da SEDUC. Sr. Alonso Joaquim da Silva, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual – COPEN. Sra. Daihane Gomes, Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia; Sra. Irma Garcia Bueno, Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal. Sra. Reginete Medeiros Tavernard, Líder da Pastoral Carcerária, Presidente da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado. Dra. Taís Cunha, Procuradora do Estado e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Senhoras e senhores Conselheiros do Conselho Penitenciário - COPEN. Neste momento S. Exª Sr. Deputado Léo Moraes, fará todos os ditames desta metodologia desta Audiência Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gostaria de desejar uma boa tarde a todas as pessoas que dedicaram parte do seu precioso tempo para estarem aqui conosco para discutir a ressocialização prisional no Estado de Rondônia, um tema muito delicado que requer muita atenção e que sabemos que temos vários gargalos de modo a qualificar o debate e a implantação dessa política pública. Agradecer ao Dr. Alonso Joaquim, que está aqui também Presidente do COPEN, está conosco seja bem-vindo; a Audiência Pública tem a finalidade de ouvir a todas as pessoas de modo que basta se inscrever com o nosso Cerimonial, afinal nós queremos exatamente isso, discutir com a sociedade civil organizada ou não, com as autoridades imbuídas hoje de cargos de gestores, autoridades militares e demais; é fundamental a exposição de ideias e motivos. Presidente também da Associação Daihane Gomes, que está aqui

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

com toda a sua equipe, servidores do sistema que eu vejo alguns ali também sejam bem-vindos. Concursados também estão aqui de socioeducadores que eu já vejo lá atrás, outros aqui; João Bosco Costas, Ex-Secretário Adjunto de Justiça, a nossa Mesa de forma muito cordial, nós agradecemos a presença, do Exmº Sr. Coronel Marcos Rocha, nosso Secretário de Justiça; Júlio Ulgalde, Delegado que representa a SESDEC; Dr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção ao Combate à Tortura, tem feito um trabalho muito interessante, um trabalho que é precursor de garantias e a gente enaltece esse feito. Sr. Luiz Marques, Presidente da ONG ACUDA, está aqui conosco há algum tempo, já faz das tripas coração para auxiliar com inovação, com criatividade o sistema prisional no nosso Estado. Senhor Sidney Tavernard, 1º Secretário da APAC, Vice-Presidente do Comitê de Combate à Tortura, que também já conhecemos no front; na trincheira desse debate. Sr. Anderson Dias, que é o Gerente da Reinserção da SEJUS, e o Sr. José Joaquim dos Santos, Missionário rondoniense convicto de muitos e muitos anos, já passou por grandes e boas experiências.

Gostaria de registrar e ficar consignado em nossa ata às ausências do Sr. Dr. Procurador de Justiça Dr. Ladner, que está de licença médica, o Desembargador Renato Mimessi, o Dr. Hiram Marques, que estão viajando em correição; o Sr. Dr. Ailton Pedro Marin Filho, que havia compromissos institucionais anteriormente agendados, não pode participar. Sr. Edilson de Souza Silva, Presidente do Tribunal de Contas, agradece e anuncia que havia compromissos anteriormente firmados; assim como o Subprocurador Geral de Justiça Dr. Osvaldo Luiz de Araújo. Devidamente justificadas as ausências das autoridades, nós gostaríamos de iniciar este debate, mais uma vez deixando claro que quem quiser participar basta se inscrever para falar aqui, no nosso Cerimonial.

Vamos passar a palavra, para entender e com tempo de três minutos, podendo ser prorrogado até cinco para que todos possam apresentar suas ideias iniciais, para iniciar o debate ou muitas vezes o confronto de ideias. Vou passar a palavra para o Sr. José Joaquim dos Santos, missionário, para que possa expor suas ideias neste momento.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto se encaminha para fazer uso da palavra, registrar a presença do Sr. Luciano Pinheiro, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

O SR. JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS – Boa tarde a todos, quero cumprimentar toda a Mesa aqui, deputado Léo quero agradecer e parabenizar pela iniciativa que é um tema pertinente; ao Secretário de Justiça, Dr. Marcos Rocha; ao Dr. Ezequiel, ao Anderson da Ressocialização; Luiz Marques, ao Sidney, ao Sr. Júlio; quero cumprimentar todos aqui presentes, que na verdade essa é a segunda Audiência Pública que nós propomos discutir e debater e na verdade solucionar por que a gente fala muito de ressocialização, e nós estamos a passos lentos, mas, quero aqui também falar positivamente que as coisas tem andado no sistema prisional, Dr. Marcos Rocha, nesses 3 anos que o senhor está na frente tem avançado, tem melhorado, mas, eu sei que ainda falta muito a ser feito, mas, eu sei que é um trabalho que tem ser tempo. Mas, eu quero dizer, meus amigos, que eu quero contar um pouco aqui de uma história, rapidinho para vocês entenderem por que estou aqui, qual é o meu chamado, qual é o meu designo. Na verdade em 2014 passei cinco dias, dentro do Presídio Urso Branco não tenho vergonha de dizer, fiquei lá num processo que até

hoje graças a Deus não teve nada, mas, fui lá entrei numa segunda, sai numa sexta, no domingo já estava levando comida para preso; na terça já estava lá dentro, de lá para cá toda semana estou dentro de um presídio levando amor, levando a palavra de Deus, por que só ela que me resgatou do charco de lodo, que eu tenho certeza que aqueles homens que estão ali, se gerar segunda chance, gerar oportunidade, pode ter certeza que muitos deles vão ser reintegrados a sociedade. Por que só a palavra de Deus com trabalho pode resgatar o criminoso ao convívio da sociedade, nós temos que matar o criminoso e resgatar o ser humano. Eu sei que é um desafio, mas, o que eu estou aqui hoje é, nós começamos um trabalho dentro do presídio Urso Branco, estudo da Bíblia remissão de pena, começamos a trabalhar com 272 apenados, esses 272 apenados, nós fizemos um trabalho de 3 meses. Na transição de mudar de um presídio para outro para o 470, fecharam as portas, nós ficamos fora, durante mais de 30 dias não conseguimos entrar. Direcionamos o nosso trabalho, que é um trabalho modelo no Brasil, estudo da bíblia, remissão de pena, é muita ousadia, de a gente estar todos os dias lá falando da segunda chance, falando que ele vai ter uma empresa, falando que ele vai ter um trabalho e nós começamos com 3 pessoas dentro do presídio Aruana, nós direcionamos para lá e começamos, fizemos um trabalho, começamos um trabalho todos os dias indo naquele presídio e foi um trabalho de 10 meses até julho, na hora de se concretizar esse trabalho não sei isso o porquê, mas, isso aí é..., mudaram a direção do presídio, acabou todos os projetos, acabou o estudo da Bíblia, não começamos ainda, regrediu, e até hoje nós temos dificuldade. Quando nós entramos lá para falar da palavra de Deus, por que tem uma resolução que diz que nós podemos nos envolver em trabalhos e oficinas, isso é nossa atribuição da assistência religiosa, e na verdade eles falam que nós só temos que ir lá e pregar a palavra de Deus. Não, a palavra de Deus, ela não volta vazia, mas, nós temos que nos envolver como sociedade, como mão amiga da SEJUS. Se a SEJUS entender que hoje nós podemos fazer parte e mudar a história de pessoas e resgatar vidas, não fazer de conta, devia dá mais importância para nós. Dá mais importância para uma pessoa que nunca..., eu nunca fui atrás de um projeto que tenha dinheiro, que eu passo longe de dinheiro, não sou remunerado por ninguém, não pego propina de preso, não pego! Não quero. Então o que eu quero te dizer é: estou disponível para trabalhar, e sempre volta e meia somos barrados, somos humilhados, mas, tudo bem, Jesus passou na rota das humilhações, nós prontos para isso. Mas o que eu quero te dizer é: hoje dentro daquele presídio, que era um presídio modelo, que no Brasil as pessoas falavam como é que a gente fazia aquilo? Como é que a gente entrava, e nós estávamos tentando, preparando para ressocializar aqueles apenados ali que merecem uma segunda chance. E de uma hora para outra bateu a porta. Até a Bíblia é proibida dentro do presídio hoje de circular, até a Bíblia. E hoje o mesmo direito que tem um missionário, é o direito de um advogado, nós temos direito na Constituição, de a gente entrar, falar com o preso, ter assistência individual assistida. E hoje, na verdade nós não somos olhados como uma mão amiga, como braço estendido. Eu quero aqui, Secretário, parabenizar, eu sei que teve avanço. O senhor vem trabalhando incansavelmente, mas, eu te digo: se o senhor nos der crédito, começar a discutir políticas públicas você pode ter certeza que nós vamos ajudar muito. Por que hoje lá aquelas pessoas que estavam trabalhando para a segunda chance, elas estão sendo castigadas, indo para castigo, sendo algemados; velho de 60 anos, eu levei o Deputado

com os Direitos Humanos lá. Hoje as pessoas andam de cabeça baixa. O Dr. Sérgio William falou; o Dr. Sérgio William disse que o preso de bom comportamento, que vem querendo uma nova chance, ele tem direito a regalia. Isto foi o Dr. Sérgio William que falou em uma reunião lá na Casa Civil há 30 dias. O que nós estamos pleiteando é essa mão dupla, nós estamos disponíveis, espero que hoje daqui saia um documento, que este documento não seja desprezado, ignorado e subestimado. Porque hoje onde o Estado, Estados como Minas Gerais, está aqui a nossa amiga Reginete que está com o desafio, lutando, parabenizar mais uma vez você que vem lutando arduamente para colocar este projeto em prática da APAC. E o custo de um preso hoje pela APAC é R\$ 853,00, e, o Estado, hoje aqui paga R\$ 3.000,00. Então nós podemos muito ajudar, agora eu não quero importância, não quero remuneração, eu quero resgatar vidas. Às vezes até eu sou duvidado e questionado: “onde é que ele trabalha, o que é que ele faz?”. Eu sou empregado do Banco dos Céus, o Banco dos Céus me remunera. E não queira entender; “que é coisa para louco”, vocês não vão entender, sou bem remunerado, tenho um salário muito bom, mas, quem me paga é Deus. Não estou aqui para falar de religião, mas eu te digo: quem me resgatou foi Bíblia, foi a Palavra de Deus. A Palavra de Deus quando ela entra, ela restaura, ela transforma, ela muda vida. Logicamente que tem que ter a segunda chance com trabalho. Foi um trabalho que nós tivemos lá de 10 meses, jogaram. Então precisamos, Secretário, aqui, quero que registre em Ata, ter esta continuidade de novo neste trabalho. Porque até hoje não nos dão importância. A gente vai lá bate na porta, vai fazer, é depois. Não estou aqui para acusar e nem falar de ninguém, mas, alguma coisa eu quero que o senhor veja, o senhor como homem responsável, como homem de Deus, tem uma grande responsabilidade, Deus te colocou ali com um propósito de mudar, transformar vidas e sei do seu propósito, o senhor não está ali por um acaso. Agora eu queria que o senhor olhasse com carinho. Hoje nós vamos lá, passamos meia hora para entrar. Daqui a pouco eu vou passar a palavra para o Jadson, que ele também tem ido comigo lá. Nós fizemos um trabalho ali. Ontem quando eu recebi uma carta que há um ano uma pessoa manda a carta para mim, eu não vou nem ler aqui, mas, manda que há um ano mudou a história dele, mudou a vida dele. Essa pessoa já foi influente, já foi Presidente desta Casa e você vê mudança. Ele diz que está preso, mas, está preso, mas, está mais livre do que nunca, pronto para voltar para a sociedade; consequência, nós nunca seremos os mesmos. Às vezes nós somos interpretados por seres do mal que está dentro de todos os lugares, porque a gente procura ex-deputados que por alguma razão estão presos, aí acha que a gente... Por que só ali? Por que só aquele lugar? Porque ali são pessoas que merecem ouvir a palavra de Deus, que merecem falar Dele. Têm pessoas que já pensaram em fugir, quando a gente entrou mostrando, demonstrando que a pessoa tem direito a uma segunda chance, que cadeia não é o fim, é o início para quem quer Jesus. E você vê vidas transformadas. Então meus amados dêem importância. Está na Constituição. Nós só queremos exercer os nossos direitos. Nosso direito estabelecido. Não estou aqui para querer só criticar. Tem avanço. Anderson é um menino comprometido, vem buscando, mas, Secretário eu quero que o senhor olhe, o senhor como Secretário, olhe quem são as ervas daninhas que o senhor tem lá dentro da Secretaria, as pessoas que a cada dia vêm procurando impedir determinadas coisas. Usa o poder para atrapalhar, não sabe que o poder é passageiro, porque dá poder para quem não sabe exercer, às vezes, extrapola e acaba perseguindo pessoas que

não tem nada a ver. E eu acho que todos nós precisamos da segunda chance, àquelas pessoas que estão ali estão clamando e, hoje, o sistema do jeito que está lá dentro daquele presídio, porque na verdade, nós queremos entrar em todos os presídios e, hoje, a Ordem dos Pastores está pronta para exercer um trabalho, mas, ontem mesmo ia ter um trabalho ali dentro do presídio 470, 470, olha o que aconteceu, chegaram lá, bateram às portas, eles não conseguiram entrar, adentrar..., sempre proibição. E você hoje proibir assistência religiosa, você está infringindo a lei, é abuso de autoridade, é porque ninguém ainda, só na bondade ninguém ainda usou os direitos e as leis.

Eu quero aqui só para finalizar, Deputado, tem um escolta lá, Deputado Léo, eu queria que o senhor, Deputado Léo, o senhor participou o senhor viu aquela reunião, tem uma escolta, hoje, unificada que o preso sai para o médico, oito, nove horas da manhã, colocam dez presos dentro, todo mundo suado, eles só voltam às 16 horas da tarde, maus tratos, isso aqui eu já falei para o Dr. Ezequiel, eu acho que essa escolta unificada é perversa, ela tem que ser de cada presídio, quisessem fazer uma imitação da escolta dos presídios federais, mas, eu quero que olhem inclusive, o senhor Davi que está aqui, senhor Davi, o senhor devia olhar com mais carinho, o senhor que faz parte da gerência. E quero aqui até pedir perdão para você, se você não gosta, porque eu, como Cristo me ensinou, eu tenho que te amar, posso até não concordar com coisas suas, mas, eu tenho que te amar, e, você está aqui, eu quero te pedir perdão se eu te maltratei, se eu te ofendi, mas, eu quero te dizer meu irmão; estou disponível para ajudar vocês, mas não sei o que está acontecendo, chegou aí. Já vou finalizar, chegou aqui o Marcos Paixão, que colocaram, eu sei que ele é um senhor do bem, colocaram ali dentro do presídio Aruana, mas, hoje há uma repressão, Marcos, talvez, eu não sei se você está sendo mandado, o que está acontecendo, mas eu quero dizer meu irmão: você que tem um coração cristão, você começa a rever algumas coisas que estão acontecendo ali dentro do presídio Aruana, que nós estamos ali para somar e fazer algo. Então, eu quero hoje aqui sair, algum documento, que esse documento sirva uma ata, que sirva como evolução de ressocialização.

E, quero aqui também agradecer ao meu pastor, eu não sou só, eu tenho uma cobertura o Pastor Paulo César, obrigado meu pastor por ter vindo aqui. Eu quero agradecer a todos, o Wesley que fez um trabalho muito bom, você é um ser do bem, meu irmão, continue, Deus tem um propósito para sua vida também Wesley, você fez um trabalho no Vale do Guaporé, a honra e toda glória para Senhor. Mas, quero te dizer que o senhor plantou muita coisa boa nesse Estado, parabéns. Então, essas aqui são as minhas palavras, se precisar de novo para eu falar, estou aqui para a gente debater algo que possamos evoluir, não simplesmente. Eu sei que eu fui lá ao juiz, o juiz disse que, na verdade, ele está substituído, ele não está podendo vir porque a Corregedoria que tinha que autorizar. Então obrigado a todos, obrigado ao Deputado Léo, vamos ver se saímos daqui hoje com algo concreto e positivo para que as portas venham se abrir para os trabalhos e gerar dignidade como está na Constituição, dignidade, que você tem que ter uma pena com dignidade. Obrigado e, eu sou que eu não sou o que eu gostaria de ser, mas em Cristo Jesus sou melhor do o que era. Amém.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Obrigado, a gente agradece as palavras do senhor José Joaquim dos Santos, muito obrigado, é importante. Gostaria de perguntar, quem deixou

esses depoimentos, esses relatos na nossa Mesa, aqui são de apenados, detentos? E de onde que são esses três aqui, os três são do Aruana? Nós vamos ficar com a cópia, acho que os Conselhos e comitês de repente já receberam também para que a gente possa averiguar em conjunto, Dr. Ezequiel, para que a gente possa constatar, fazer visitas in loco, nós já temos duas inspeções em aberto para fazer dentro da Comissão Direitos Humanos, uma delas é do Ênio Pinheiro, outra no Aruana e ainda do 470, que me parece uma denúncia do Conselho Indigenista em relação ao um índio que tem algum tipo de transtorno e está submetido a uma exposição vexatória e é um tipo de assédio. Então, eu quero conclamar não somente ao Comitê, mas como aos Conselhos de Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados para trabalharmos em conjunto e darmos a vazão necessária para autoridade se tiver que ir até Brasília, para os Conselhos, a gente só não pode ser leniente, omisso por conta de falta de estrutura, a gente tem que estar acima disso daí. É uma coisa muito clara, quando a gente faz defesa dos servidores à gente tem que fazer a mesma defesa para quem também de alguma maneira errou e merece ser submetido a reinserção e a ressocialização.

Vamos passar a palavra para o Sr. Júlio Ugalde, Delegado que representa a SESDEC.

O SR. JÚLIO UGALDE – Boa tarde a todos! Quero agradecer o convite e em nome do Deputado Léo Moraes, cumprimentar todos os presentes nesta Mesa, bem como os que se encontram aqui no Plenário. Quero pedir desculpas pela ausência do Secretário, o Secretário Titular da Pasta está fora do Estado em viagem, compromissos da Secretaria e o nosso Secretário Adjunto também com outros compromissos da Pasta.

Neste momento em que nós estamos ouvindo, inclusive, chegaram aqui três denúncias, estamos ouvindo as pessoas falando sobre a Ressocialização do Sistema Prisional, que, aliás, é um tema que se debate atualmente de forma contínua, eu começo a pensar no tema com uma pergunta. A pergunta que eu faço não para que eu responda ou que eu tente responder como um Agente da Segurança Pública, mas primeiramente como cidadão e como um estudioso do ordenamento jurídico. O que podemos fazer para ressocializar? Porque chegar e criticar, é muito fácil, apresentar soluções e buscar, enaltecer algumas respostas que o Estado nos apresenta quando o assunto é ressocialização é um pouco mais difícil, primeiro porque, nós temos aqui o Secretário da Pasta, o próprio Gerente da Reinserção Social da SEJUS que vão falar, é uma atuação do Estado cara que demanda planejamento, que demanda tempo para poder conquistar os resultados positivos que se almeja. E aí eu faço essa pergunta também como um profissional da Segurança Pública. Como sugerir Políticas Públicas dentro do papel que nós ocupamos neste momento no Estado, podemos somar. Eu tenho a oportunidade de fazer parte do Conselho Penitenciário do qual o Presidente aqui se encontra o Dr. Alonso, representando a SESDEC e lá nós também fazemos essa pergunta: como é que nós podemos somar? O Conselho Penitenciário ele tem passado por uma reestruturação, há dificuldades, mas, ele continua se reunindo, continua persistindo, principalmente por conta do nosso Presidente que é uma pessoa incansável nesse assunto Sistema Prisional.

Do ponto de vista da Segurança Pública, dois pontos rápidos para deixar marcado: a SESDEC, Segurança Pública que me refiro a SESDEC, tem investido de forma maciça, de forma pesada até por ser uma diretriz nacional também e um dos pilares do Estado no que se refere à Segurança, o assunto chamado Direitos Humanos. Então, já desde a formação é feito

aí um trabalho com os policiais, sejam Policiais Militares ou Policiais Civis para que seja, para que se tenha como base à formação de Direitos Humanos. E o que isso tem a ver com a reinserção? Ao nosso sentir tem a ver por conta do respeito à pessoa, ou destacando como faz a nossa Constituição, a pessoa humana, o respeito à pessoa humana e falar em ressocializar a gente tem que começar sempre também pela questão do respeito.

No que se refere à Polícia Investigativa, há dificuldades por parte da Delegacia Especializada por conta de, principalmente, por conta de demandas grandes e um efetivo pequeno que algum tempo a gente tem aí trabalhado, nós temos trabalhado para que seja aumentado esse efetivo da Polícia Investigativa, da Polícia Civil, para que a gente possa ter melhores trabalhos de investigação. E daí fica uma observação para todos. Chegou aqui três denúncias, chegaram três denúncias nós vamos passar para o Conselho Penitenciário, como há notícia ali de possível prática de infração penal, nós também vamos passar para a Polícia Civil, para que a Delegacia Especializada possa fazer a devida apuração. E eu vou encerrar, para que a gente possa realmente ouvir as pessoas que estão aqui, possam depois também ouvir uma resposta do Estado por parte da SEJUS, mas, deixar avisado um alerta que nós devemos, um dos papéis que nós temos é também fazer uma denúncia, denunciar, ouvir a 190, ouvir a Ouvidoria da Secretaria de Segurança, da própria Secretaria de Justiça junto as Corregedorias para que essas notícias de infrações, no ponto de vista da Polícia Investigativa, cheguem à Delegacia Especializada para que a gente possa ter a devida investigação e consequentemente encaminhamento ao MP e ao Poder Judiciário.

No mais agradeço a oportunidade, Deputado, discutir segurança pública, discutir sistema prisional, discutir ressocialização é um assunto que deve ser feito de forma incansável, não só discutir, mas, praticar boas ideias, praticar aí, termos atitudes e trazermos soluções positivas. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos, a gente agradece aí a fala do Senhor Júlio Ugalde, Delegado representando a SESDEC.

Ouvir agora o senhor Luiz Marques, que Presidente da ONG ACUDA, para que faça o uso da palavra e se manifeste por gentileza.

O SR. LUIZ MARQUES - Senhoras e senhores boa tarde, eu vim aqui para ouvir e estou falando agora. O sistema prisional, ele tem uma coisa muito interessante tem preso para todo mundo, seiscentos mil no Brasil e aqui doze mil, e cada um de nós quando pega uma parcela para trabalhar enfoca naquilo que você crer que é verdade, ou o trabalho, ou a educação, ou a religião. E a ACUDA, surgiu justamente de trabalho do SEST/SENAT, eu dei quatrocentas pessoas vagas no SEST/SENAT, trabalho para preso, onde eu pagava mil e duzentos reais, ticket alimentação, plano de saúde, capacitação, está bom assim? E eu percebi que em três meses de novo no crime, eu não entendia porque, disseram para mim que preso, ele tem que trabalhar para sair do crime, eu não achei que fosse verdade isso não, eu provei como empresário que não é verdade. Tem uma tese minha, que eu fiz a minha tese na pós-graduação da Unir, eu provei que preso para trabalhar não sai do crime, eu disse que eu dei quatrocentas pessoas empregos no SEST/SENAT, emprego bom, lugar maravilhoso e eu não enxerguei muita mudança nos presos. Foi quando eu propus entrar com outro processo junto com o trabalho, que é

a parte terapêutica espiritual não religiosa, que é outro foco, eu percebi que de três meses, ficavam seis meses fora do crime e percebi que tinha uma coisa interessante: “se eu não sei por que entro no crime, eu não sei por que vou sair; porque para entrar eu sei, tráfico, poder, sexo, dinheiro e aí por diante”. E para sair do crime, quem me dá um motivo, por favor? Não conheço nenhum. Para entrar é muito fácil. Então, terapeuticamente, eu fui fazer um trabalho com os presos, até que o Grupo Bizarrus entrou na jogada e fizemos uma experiência com a Dra. Hercília e com a UNIR Terapia para preso entender porque é que se é traficante, porque é que se é pedófilo, porque é que se é ladrão, para que eu possa entender minha vocação para o crime. E disso nós fundamos a ACUDA, que hoje é um programa mundialmente conhecido, já vieram aqui pessoas da Inglaterra, da Espanha, da Alemanha conhecer o nosso programa e eu fui lá fora ver o programa da Alemanha. E nós estamos entendendo que certas pessoas, basta religião para sair do crime, certas pessoas, basta o trabalho, mas, a grande fatia tem que passar por um processo de autoconhecimento, fazer contato com a inveja, com a luxúria, com a arrogância, com a violência, pai e mãe que abandonaram, com a infância abandonada que é um trabalho muito fantástico. Nós implantamos esse programa que não é para todos os presos, a ACUDA, tem cem vagas e tem dois mil presos em Rondônia, a ACUDA, não vem mudar o Estado de Rondônia, e nem mudar o que cabe ao Governo, para mim a questão do presídio é do Governo, a ACUDA é apenas um pedacinho de uma proposta inovadora, não vem fazer grandes alardes. Outra coisa, ACUDA não propõe ressocialização, eu não acredito nisso, todos foram socializado de uma forma ou de outra, o que falta aos presos é saber escolher entre a luz e a sombra, o bem ou mal, nós não trabalhamos na ACUDA com essa proposta e sim da proposta de autoconhecimento para ser responsabilizar pelo seu crime e eles decidirem se quer ou não sair do crime, na ACUDA, não se prega para sair do crime para nenhum presidiário, eles são adultos, eles são inteligentes, eles sabem o que é certo ou errado. Fica hipócrita, nós trabalhamos com a verdade interior de cada um, nunca na ACUDA se pede a alguém para sair do crime, eles não são idiotas, eles são muito capacitados. Então, que toda ACUDA fora eu, ex-bandido, ex-traficante, ou ex-pedófilo, só eu que não sou por enquanto ainda, não sei do amanhã, todos são capazes. Fui para Alemanha, verifiquei pessoalmente, achei impossível a ONG tocada por ex-presidiário, e ACUDA hoje é. Toda ACUDA terapeutizada, com presos que foram para a Índia, para o Japão se capacitarem lá, então, nas propostas é que nós temos que saber porque e para que estão no crime. Então, para todo mundo tem campo de trabalho, para todas as ONGS, todas as instituições religiosas, mas para mim há uma parcela que precisa entender a vocação para o crime, você tem essa vocação para o crime, isso eu entendi hoje. Então, ACUDA, está aberta não é para salvar Rondônia de nada, para dá oportunidade para alguma classe de presidiários que precisa passar por um processo, como eu passei na minha vida. A ACUDA está aberta ao diálogo e por falar em religião, a ACUDA, hoje introduziu na cadeia o Santo Daime, quase eu morri em Rondônia, diz que o Estado é laico, não é laico não, é preconceituoso, religiões de outras, nos protestaram, jogaram na lama a ACUDA, a ACUDA tem culto Católico, culto espírita, evangélico, e Santo Daime, porque religião para mim são todas. E para quem não sabe, a única do Brasil chama-se Santo Daime, todas as demais religiões são de fora do País, à única religião do Brasil, a primeira do Brasil, chama-se Santo Daime. E das cinquenta e duas pessoas que eu levei para o Daime, em Ji-Paraná, nenhuma até

agora meio-dia, voltou para o crime, coincidência ou não. E a Dra. Hercília, pela Universidade de Rondônia, acompanhou os presos terapeuticamente e tem uma tese, uma tese dela que falava a mudança do preso com o Santo Daime de Consciência Espiritual. A ACUDA tem um programa simples, básico, mas, muito eficaz, não é o único, nem o maior, é apenas mais programa em prol do ser humano, muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É um modelo comprovado, estudado, imitado, então, certamente ele faz muito bem as pessoas, não somente a quem ajuda de forma voluntária, como principalmente aos apenados, parabéns. Parabéns senhor Luiz Marques, e leve-as também ao conagração aí a todos os seus lutadores e amigos que fazem a ACUDA acontecer.

Registrar a presença do Senhor Marcos Paixão, Diretor da Penitenciária Aruana. Boa tarde, tudo bem, seja bem-vindo; Senhor Valdomiro Silvino de Melo, Diretor da Casa de Detenção José Mário Alves da Silva, Urso Branco, seja bem-vindo da mesma maneira; acho que é o Elias que está ali, Elias também e ao lado o Davi, também seja bem-vindo. Isso aqui Elias Resende, Corregedor da SEJUS, e o Sr. João Danilo, Diretor do Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, estão aí todos próximos um ao outro, seja bem-vindo também. Registrar a presença do Sr. Cel. PM José Cantídio Pinto, representando a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPOG, também seja bem-vindo e à vontade se quiser fazer uso da palavra.

Vamos passar agora a palavra para continuidade da nossa Audiência Pública, ao senhor Sidney Rivero Tavernard, que é o 1º Secretário da PAC e Vice-Presidente do Comitê de Combate à Tortura.

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar Sua Excelência o Deputado Léo Mores, o qual eu cumprimento a todos os presentes, cumprimento a minha esposa que é Presidente da APAC, que tem levado, Reginete, este projeto em momentos de fragilidades quando nós passamos por algumas situações de saúde. Mas, Deputado Léo Moraes, o senhor tem aberto a porta desde 2015, e isso é fundamental para que a gente possa tratar deste tema, da questão do sistema prisional. Então, em 2015, não sei se o senhor se lembra, nós tivemos aqui Audiência Pública onde nós trouxemos o Deputado Durval Ângelo, de Minas Gerais, do qual brilhantemente fizemos uma Audiência bela e o senhor tem aberto as portas, escancarado para a gente, então, parabéns pela sua atuação junto com o Conselho da OAB, com o Comitê de Combate à Tortura. Eu gostaria de aqui estar falando como 1º Secretário da APAC, como Vice-Presidente também do Comitê de Combate à Tortura, parabenizando aí o Dr. Ezequiel. Aonde nós fizemos recentemente um trabalho que o Deputado Léo Moraes, comandou aqui e procuramos fazer o possível e o impossível para implantar este Comitê de Combate à Tortura. Cumprimentar aqui o Coronel Cantídio, um amigo, uma pessoa que tem nos dado sempre apoio e vem nos conhecendo a respeito desse trabalho. Senhores e senhoras presentes, diretores de Presídios, a Procuradora Dra. Taís, Dr. Alonso, a Dona Irma, todos os presentes, o nosso amigo Presidente do Conselho de Assistente Social, meu boa tarde. O nosso trabalho é muito interessante e é salutar nós discutirmos, porque quando do Ministério Público há alguns anos, aliás, há seis meses, nós viajamos o Estado inteiro, e encontrei várias vezes o Anderson, aí está ele, ali, e nesses locais a gente via vários projetos de ressocialização, vários, Deputado

Léo Moraes. Eu tenho em mãos alguns de Costa Marques, de Vilhena, Vilhena tem um projeto de fraldas, em Costa Marques, tem de elaboração de detergente. Então, existem “N” projetos, em Rolim de Moura; existe uma panificadora que está lá, industrial, mas, está parado, no presídio de Rolim de Moura, o Anderson sabe dessa compra que foi feita. Mas existem várias tentativas e avanços em relação a 2009, quando entrei no Conselho da Comunidade; gente, nós temos que ver que houve um avanço tímido, mas, houve tímido mais houve. Temos relatos, ali está o senhor Risomar, que é o Presidente do Conselho da Comunidade em 2012, e nós temos fotos do Ênio Pinheiro, quando tinha um parlatório que ficava lá “os medidos de segurança que eram estuprados”. Hoje mudou essa realidade. Mas voltando para a APAC uma coisa que o Luiz falou a qual eu parabeno por que na hora de jogar pedra todos jogam, mas, na hora de dá o braço e fazer, Zezinho, ninguém faz. Isso é o que está faltando a APAC, ela recupera o homem, ela não ressocializa. A gente costuma dizer o seguinte: que a gente trabalha, quando o ser humano entra na APAC, a primeira coisa que ele se chama é recuperando, e sendo recuperando, nós procuramos matar o criminoso e salvar o homem. Então ela é baseada em princípios aonde você tem fundamentos para conseguir resgatar, se ele quiser. Nós temos que estar bem claro disso por que nem todos do sistema prisional são bonzinhos, a gente sabe disso, não são santos, mas têm aqueles que querem e estes merecem oportunidade. E na APAC, ele é reconhecido como um ser humano, e, a gente resgata o ser humano, a gente resgata a família, não só ele. Então trabalhamos com poucas pessoas? Sim, a APAC comporta 200, no máximo 200 pessoas, mas, o resultado, o Coronel Marcos Rocha já viu, já esteve presente, a Reginete e outras pessoas, o Dr. Alonso, estiveram visitando; Dona Irma, ela consegue recuperar e salvar o homem. Nós temos 12 princípios e esses métodos existem desde 1974 e vem se aprimorando. O primeiro, gente, a recuperação, a responsabilidade, a própria LEP, a Lei de Execução Penal no seu primeiro artigo diz; a responsabilidade do preso é da comunidade. A comunidade tem que dá as mãos e ajudar, mas, parece que é o contrário, a comunidade tem que dá as mãos. Então o primeiro item da APAC é a participação da comunidade. A questão do sistema prisional se tornou tão grave e a ausência do Estado, que as facções criminosas hoje estão dominando os presídios, é verdade ou mentira? Aqueles estão aqui, o Estado não está presente, hoje nós temos as facções criminosas e vejam saiu do Rio de Janeiro, São Paulo, está em Rio Branco, Rondônia, Manaus, Rio Grande do Norte. Interessante isso, não é gente? Aonde é que está o erro? A falta de ausência de políticas públicas e do Estado. O Estado não é só o Executivo, é o estado Legislativo, o Judiciário. Prendemos demais e prendemos mal, isso é para o Judiciário, prendemos demais e prendemos mal. Então nós temos a primeira ação da APAC é a participação da comunidade. A segunda; como você quer recuperar a pessoa, o ser humano, você tem que fazer com que ele se ajude, recuperando, ajudando o recuperando, eles têm que se ajudarem e com isso a gente cria uma série de mecanismos como o conselho da sinceridade, da responsabilidade, para que eles entre eles se julguem. Aí vem o que tem a LEP, a valorização do trabalho, está na LEP. A espiritualidade ecumênica seja ela qual for é fundamental, a Assistência Jurídica está na LEP, à espiritualidade está na LEP; assistência a saúde, valorização humana e um dos principais temas que a APAC tem, Deputado e senhores da Mesa, que é a família, por que a gente está falando aqui de ressocialização e lá fora a comunidade diz: “você não falam da vítima”. Pois na família, a gente trabalha uma coisa chamada Justiça restaurativa,

aonde se a família permitir a gente chama aquele que foi vítima para conversar com o seu opressor. Se a família permitir, se ambos permitirem no item família, a gente consegue resgatar a vítima, ou seja, a gente também olha para a vítima dentro do método APAC. E o nono é o voluntariado, todos vocês, o Zezinho falou uma coisa que...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Encerrando senhor, só completa...

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Só um instantinho, rapidinho, o recuperando na APAC, ele custa em torno de mil reais, o Coronel vai falar quanto é que custa no regime normal. Então se não tiver a participação da comunidade, do voluntário a gente não consegue. O segundo é o centro de reintegração social, o mérito e a jornada da libertação em Cristo. Quero agradecer aqui ao Deputado Léo Moraes, ao Governo do Estado, hoje nós estivemos intensas negociações, nós conseguimos o 7º DP, agradecendo o Coronel e a SESDEC, transmite isso ao Coronel Bombeiro, e ao Coronel Marcos Rocha, estamos negociando a forma jurídica de a gente conseguir o nosso espaço, que vai ser feminino, Deputado Léo Moraes, imagine o senhor, Deputado, nós teremos a primeira APAC do Brasil numa Capital que vai ser feminina, nós, Porto Velho e em canto nenhum tem, a primeira APAC feminina será a nossa, e será lá no 7º DP, na graça de Deus, porque eu não falei Nele. Eu agradeço muito a Deus, porque Deus, conforme o Zezinho falou, Ele está à frente, a APAC, ela não é só uma obra da comunidade, ela é uma obra de Deus. Por isso nós venceremos. Deputado, muito obrigado. Fiquem com Deus, obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos ao Sidney, a sua esposa Presidente também da APAC.

Nós discutimos em 2015, ainda com o Deputado Durval, Deputado de Minas Gerais, que concebeu junto com outras pessoas este modelo de tamanho sucesso o índice e aproveitamento de ressocialização no País, e que é algo que está sendo aprofundado e se Deus quiser praticado logo, logo, que é fruto de uma intercedência de vários atores, de vários níveis de governo. Que bom, a gente quer estar lá e acompanhar mesmo acontecer na prática do dia a dia.

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Contamos com o senhor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao Sr. Anderson Dias, que é Gerente da Reinserção da SEJUS.

O SR. ANDERSON DIAS – Boa tarde a todos. ‘Audiência Pública ressocialização no Sistema Prisional do Estado de Rondônia’. Um tema extremamente complicado, difícil de ser abordado. A gente se fala em ressocialização de apenados, mas não se discute como o indivíduo chegou a este ponto de precisar ser ressocializado, enfim. Nós nunca vamos conseguir chegar nem perto da ressocialização de 100% dos apenados. Primeiro, que a maioria deles, 50% deles não quer. A gente tenta, nós fazemos cursos de capacitação, quando montamos sala de aula, a gente não consegue, a gente fecha uma turma para 25 alunos, a 30 alunos, se encerra com 07, 08, 12, desistem sem motivo. O interesse deles é apenas a remissão, mas, continuamos firme na luta. Outra dificuldade que nós temos no Estado de Rondônia, que a Secretaria tem,

é a estrutura das unidades. As nossas unidades prisionais, elas não foram construídas para a ressocialização de apenados. A maioria das nossas unidades; foram fundos de delegacias; agora com as novas unidades que a gente está ampliando, as unidades já são criadas para os projetos de reinserção, com salas de aulas, com salas para capacitação. Este ano nós iremos construir 04 barracões para o ano que vem mais 05, totalizando 09 barracões para cursos de capacitação, para oficinas. Aí, sim, a gente vai conseguir uma melhora nesta parte. Eu não vou falar aqui em projetos, porque se for falar em projetos a gente vai perder muito tempo, são inúmeros projetos. A gente vem para uma audiência dessas, a gente falar sobre ressocialização dos apenados no Estado de Rondônia e puxa um pouco para o Aruana, mas quando a gente fala em ressocialização do Estado, é o Estado. Nós estamos falando de 53 unidades prisionais, 12.000 apenados com inúmeras dificuldades. Então eu não vou falar sobre projetos porque nós temos projetos no Estado todo e eu vou perder muito tempo aqui. Eu vou falar o que está sendo feito agora, o que será feito até o dia 31 de dezembro que realmente vai causar o impacto, que é o chamamento público para associações e cooperativas. Foi entregue o envelope agora no final de agosto, e que até o dia 30 de setembro dez associações vão adentrar nas unidades prisionais com curso de capacitação, com projetos de corte e costura e entre outros.

A Fazenda Futura, ela vai ser equipada com três novos projetos de grande impacto, que é um projeto que é a avicultura, fruticultura e oleicultura. Hoje na Fazenda nós temos 70 apenados trabalhando, nós vamos conseguir chegar a mais de 250 apenados trabalhando na Fazenda. Temos as empresas privadas que trabalham dentro das unidades no interior, por exemplo, a 'Bolas do Pé' que trabalha em Guajará-Mirim; temos as lojas Cairu que monta bicicletas dentro de Pimenta Bueno. Nós estamos com um projeto agora, para ainda este ano, a madeira já está na Fazenda, para a construção de pequenas casas para apenados morarem, apenados de bom comportamento da CAPEP, trabalharem e morarem na fazenda. O projeto do Patronato para março de 2012. Temos a APAC vai ser implantada aqui, em Ji-Paraná, em Vilhena, Cacoal, Porto Velho e Ji-Paraná são as que mais estão encaminhadas; temos a Casa da Cidadania que vai ser inaugurada no início de novembro. Estamos fazendo a classificação e temos objetivo de chegar até meados de 2018 com 80% dos apenados do Vale do Guaporé com atividades laborais, a ACUDA e o projeto Pintando Liberdade. Então é isso. A Secretaria tem feito a parte dela na parte de reinserção de apenados. É um trabalho muito dificultoso, um trabalho muito difícil. E o que nós precisamos é de parceria, precisamos trazer à população, precisamos trazer o comércio, os órgãos públicos, nós, Secretaria, em 2015, tínhamos oito convênios com parceria de empresas públicas e privadas para usar a mão de obra de apenado, hoje nós estamos com 39 convênios, 1.200 apenados trabalhando, só no convênio com o Fundo Penitenciário. Até essa data passaram quase dois mil, foram incluídos no Fundo Penitenciário, esse ano 1.871 apenados, trabalhando. Quando se fala, eu sempre digo que não há o que se falar em reinserção social, sem antes falar em trabalho, não tem como eu discutir com o indivíduo sobre... Nós temos cinco núcleos dentro da Gerência da Reinserção da SEJUS, Núcleo de Trabalho, Núcleo de Capacitação, Núcleo Religioso, Núcleo de Mulheres com Privação de Liberdade e a Fazenda Agrícola. Não há que se falar em ressocialização sem se falar em trabalho, não há, o indivíduo não consegue, principalmente o apenado do semiaberto, ele não consegue pensar em fazer um curso de capacitação, pen-

sar em procurar um estudo se ele não tiver um sustento, se ele não puder no mínimo ajudar a família em alguma coisa. Nisso a Secretaria tem sido vista no Brasil e tem aumentado muito os números, nós tínhamos oito ou nove convênios em 2015, e hoje nós estamos com 39 convênios, nós tínhamos 87 presos trabalhando, não é Secretário? No convênio com Fundo Penitenciário, hoje nós temos 1.200 com Fundo Penitenciário trabalhando, qual é a vantagem disso? Além do indivíduo está proporcionando o sustento para a família, o apenado ele só entra para trabalhar no Fundo Penitenciário se ele tiver RG, CPF e, se ele tiver uma conta bancária no Banco do Brasil, corrente. Tem apenados que nunca imaginou na vida que um dia ia ter uma conta corrente, isso é louvável. Esse ano, foram incluídos 1.871, apenados pelo Fundo Penitenciário, foram excluídos 873 apenados que pegaram progressão para o aberto ou para a condicional. No total de atendimento de 2.744, apenados que passaram pelo trabalho remunerado do FUPEN. Fora isso, nós temos mais uma média de duas mil cartas de emprego de trabalho de presos que trabalham em alguma oficina, em algum mercado, são trabalhos regulares com uma carta de emprego passado pelo Tribunal de Justiça, tudo regular. Fora isso nós temos os convênios com os conselhos das comunidades, temos mais 500 vagas, totalizando 5.244 apenados trabalhando em todo o Estado de Rondônia, é um número significativo em vista da situação que o País se encontra. Então, e esse chamamento público irá nos ajudar muito; o chamamento público e esses convênios com as parcerias privadas e públicas: DER, SEPLAN, CAERD, SEDUC, se fala tanto em ressocialização, mas esses dias num convênio com a CAERD, foi colocado uma matéria num site, dos apenados trabalhando na CAERD fazendo aqueles buracos, serviços gerais. E alguém escreveu embaixo assim: "eu sou contra isso". E outra pessoa escreveu embaixo: "mas, vocês não querem que os apenados trabalhem?". E aí um cara escreveu embaixo: "eu quero, mas, não na frente da minha casa". Então, se cobra tanto da Secretaria de Justiça, mas, não se dá oportunidade, querem a mudança do indivíduo, mas não tem a oportunidade. E quando a gente proporciona essa oportunidade, encontramos inúmeras dificuldades, inclusive, com a sociedade. Porque não podemos esquecer que esse indivíduo um dia, no Brasil não tem prisão perpétua, esse indivíduo vai retornar ao nosso convívio, uma hora ele vai trabalhar numa empresa junto conosco ou vai estar na mesma igreja ou o filho estudando na mesma escola. Então o que eu quero, a gente tem que proporcionar o mínimo que seja para esse indivíduo volta melhor. Obrigada a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Agradecemos a explicação do senhor Anderson Dias, é importante que depois nós vamos ter todos esses dados aqui e informações para ter como subsídio para eventuais trabalhos, monitoramentos, fiscalizações e que os colegas também possam ter acesso, todo mundo possa ter acesso que é importante.

Passar a palavra agora para o Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo e também registro a presença da Sra. Renata Ferreira Campos. Por gentileza a tribuna está à disposição, Dr. Ezequiel que é Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura e membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos da OAB.

O SR. EZEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO – Queremos em primeiro lugar cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Deputado Léo Moraes e todas as autoridades presentes e a todos que estão participando conosco desta Audiência. É um prazer, nós como representante do Comitê Estadual de Pre-

venção e Combate à Tortura e também representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, da qual eu sou o Presidente atualmente.

Nós temos acompanhado de perto toda essa demanda dentro do Sistema Prisional, temos, tanto como Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura como Comissão de Direitos Humanos, feito visitas constantes nas Unidades Prisionais tanto aqui na Capital como nos interiores, fizemos recentemente um trabalho de monitoramento em quase todas as Unidades Prisionais do Estado, eu não digo todas, porque nós fizemos as que tinham maior conflito em razão daquela crise que houve das facções, então nós realizamos um relatório, observamos vários pontos, oficiamos, alertamos, e divulgamos essa situação para que pudéssemos contribuir com a melhora em relação ao Sistema Prisional.

Então, nós temos acompanhado de perto toda essa situação e sempre é preocupante porque nós sempre estamos conversando, discutindo nas reuniões, nas Audiências os mesmos problemas, as mesmas dificuldades que não são tão complicadas, ou tão complexas, ou tão difíceis de serem sanadas. São situações que muitas vezes como eu digo, são situações pontuais que não demandam uma grande quantidade de recursos públicos, mas que muitas vezes é uma falta realmente de vontade de muitos parceiros e aí eu digo que a responsabilidade não recai somente sobre o Executivo, nós temos também como parte de toda essa problemática; temos o Judiciário que precisa tomar algumas providências, nós temos o Ministério Público, temos a Defensoria Pública e temos como sociedade uma responsabilidade de fazermos a situação melhorar. Eu entendo que nós temos um desafio que é a ressocialização e que como foi apresentado agora pelo Gerente de Reinserção, o Anderson, o Anderson apresentou um pouco sobre o que o Estado tem feito para promover essa ressocialização, essa reinserção do apenado, isso é garantido na Lei de Execução Penal, é dever do Estado, garantir essa integração social do apenado, então, não é nada de errado, não é nada de regalias porque muitas pessoas ainda entendem que é uma regalia, não é regalia. Mas, eu quero pontuar algumas situações que nos preocupa muita em relação até os dados que são apresentados. Infelizmente, pela prática e experiência que nós temos tido, presente aqui o Dr. Alonso, Presidente do Conselho Penitenciário, esteve conosco na maioria das Unidades Prisionais do Estado, Dra. Taís, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, conhece bem a realidade também, o que me preocupa muito são que muitas vezes as estatísticas que são apresentadas, elas não refletem a realidade que nós vemos dentro do Sistema Prisional. Primeiro você pega o levantamento, o censo do INFOPEN, você tem o censo aqui, o Censo Penitenciário e o Censo Penitenciário para você ter ideia, o Estado de Rondônia é o único Estado da Federação que possui o patronato. Todos nós sabemos que o patronato é uma discussão, uma cobrança de anos, desde que eu comecei a trabalhar na área de Direitos Humanos no Estado de Rondônia eu ouço falar que estamos implantando o patronato, estamos..., todos nós sabemos a importância do patronato nessa ressocialização e lamentavelmente, o Estado de Rondônia sempre coloca para frente, para frente, um dia vai acontecer, nós estamos conversando, estamos trabalhando. Chama a responsabilidade também do patronato ao município, Dr. Cel. Cantídio está presente aqui, representando o Município de Porto Velho, eu acho importante o patronato também como responsabilidade do Município de Porto Velho assumir essa responsabilidade, cobrar essa criação do patronato, nós precisamos ver isso saindo das reuniões, das conversas, do papel e se tornar realidade. Eu sei que estamos trabalhando, houve uma reunião recente sobre

essa situação, mas, nós não podemos continuar nas reuniões. E aí voltando as estatísticas a realidade nem sempre é o que acontece. Eu quero trazer exemplos não só do Sistema Prisional, mas, do Sistema Socioeducativo dos Adolescentes também, onde muitas vezes você vai visitar as Unidades e você vê um trabalho muito bonito até dos Diretores, com quadros, horário de aulas que são dados para os apenados ou para os adolescentes que estão cumprindo Medida Socioeducativa, mas, essa realidade nem sempre é a prática realmente, na hora da aula a Secretaria de Educação não mandou professor, na hora da aula não tinha estrutura, não tinha material, resumindo, àqueles adolescentes, àqueles apenados, talvez, não tinha estrutura na Unidade, aí o que aparece na estatística não é o que aparece na realidade. Não se tem aula como deveria ter porque não tem material, porque não tem professor, porque esse órgão não cumpriu com o seu papel, resumindo, não há também uma integração, uma harmonia entre os órgãos, não há harmonia entre a SEJUS, com Secretaria de Educação, com Secretaria de Saúde e quem acaba perdendo, quem acaba sofrendo são aqueles que estão dentro do Sistema Prisional. E aí, me preocupa muito situações como essas. Foi falado pelo Anderson, eu quero puxar essa fala dos 5 mil apenados trabalhando e eu parablenho pelos trabalhos, os convênios que estão sendo realizados, cobro já à Prefeitura de Porto Velho também na pessoa do Cel. Cantídio que está presente, nós ouvimos lá na OAB a notícia que a prefeitura de Porto Velho iria fazer um convênio com mil vagas para os apenados, para a ressocialização e eu não sei se essas mil vagas já foram oferecidas pela prefeitura, está em negociação, estão acontecendo, quantas já temos? Duzentas. Então temos essa cobrança para que isso seja cumprido, para termos essas mil vagas. Mais uma vez bato na tecla, parablenho esses convênios que já foram feitos, os 39 convênios, espero que também não sejam estatísticas, mas, sejam realidade. Porque não foi exatamente isso que nós vimos quando visitamos as unidades prisionais conversando com os diretores, aparentemente não era isso que estava acontecendo, mas se tem esses 39 convênios, maravilha, se tem 1.200 presos trabalhando, maravilha, mas, eu me preocupo muito com o egresso do sistema. Lá em Pimenta Bueno, se eu não me engano, nós vimos aquela fábrica da Cairu e vimos um trabalho muito bom sendo realizado, admiramos e parablenhamos, eu sei que esse convênio poderia ser muito maior, crescer muito mais, mas, me preocupou a situação daqueles que saem depois do sistema porque o convênio só contempla enquanto ele está dentro do sistema, depois que ele é egresso do sistema, ele perde o emprego e essa é a fase mais importante, é a fase que ele precisa se alimentar, ele precisa cuidar de sua família, então nós temos que atentar nesses convênios, Deputado, a situação do egresso, não só a situação daquele que está dentro do sistema, dos convênios para quando ele está dentro, mas, para quando ele sai do sistema como ele vai continuar. A Cairu, eu não sei, a informação que eu recebi na época foi essa, mas, eles não trabalham depois que ele se torna egresso, que ele sai do sistema, isso é importante nós pontuarmos que esses convênios precisam ser feitos também pensando no egresso, pensando nessa situação, porque a situação é muito grave. Em relação à educação, como eu tinha falado, é um problema ainda e nós precisamos fazer esse trabalho de parceria, eu acho que a Secretaria de Educação precisa estar mais em sintonia com a Secretaria de Justiça para trabalharmos essa situação da educação dentro do sistema prisional e dentro do sistema socioeducativo, focando no sistema socioeducativo que é por lei, obrigatório

também, o adolescente ter esse acompanhamento educacional, visitando as unidades socioeducativas isso não é uma realidade, isso não é uma realidade, isso é uma realidade no quadro, isso é uma realidade nas estatísticas, mas, não é realidade na prática do sistema socioeducativo, isso nos preocupa muito. Nós sabemos que a responsabilidade também dessa política de desencarceramento para que haja uma redução do número de apenados dentro do sistema, é de outros órgãos como o Tribunal de Justiça e cobramos aqui mais uma vez ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sobre a audiência de custódia, as audiências de custódia foi um avanço muito grande que o CNJ de certa forma até que obrigou os Estados de certa forma a implantarem essa audiência de custódia, isso foi uma maravilha, está tramitando a lei ainda que regulamenta a audiência de custódia, mas, nós não temos no Estado de Rondônia ainda a audiência de custódia nos finais de semana. Então nós como OAB, nós como Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, nós estamos falando é necessário que a audiência de custódia, cobrando que ela funcione em 24 horas após a pessoa ser presa e que funcione nos finais de semana, que não é uma realidade, onde município do Estado de Rondônia o preso passa 3, 4 dias quando ele é preso na quinta-feira, ele só vai passar pela audiência de custódia na terça-feira; exemplo de Rolim de Moura, Rolim de Moura funciona dessa forma, então nós temos que melhorar essa audiência de custódia e isso é uma responsabilidade também do Tribunal de Justiça, cobrarmos. Nós temos que fortalecer os conselhos da comunidade, nossa visita nas unidades, os conselhos da comunidade estão desaparelhados, desestruturados, precisa de um fortalecimento porque é um trabalho extremamente importante. E nós temos que trabalhar junto com a Defensoria Pública a situação dos PADs, houve, eu sei no auge dessas rebeliões, de tudo que aconteceu, houve um mutirão por parte da Defensoria Pública acerca dos PADs, os Processos Administrativos Disciplinares, mas, isso foi algo pontual, é necessário se trabalhar e se fortalecer essa atuação da Defensoria Pública na solução dos PADs no acompanhamento dos PADs. Então, nós temos muitas coisas que podem ser feitas, que podem ser melhoradas e nós precisamos pontuar essas situações e resolver as situações. Eu não vejo como sendo um problema financeiro, mais uma vez eu falo isso, se você olhar o Fundo Penitenciário Nacional, são bilhões e bilhões, o Estado de Rondônia também recebeu milhões para poder melhorar a situação dos nossos presídios, nós temos problemas que ainda são estruturais e graves que precisam ser resolvidos, alerta mais uma vez a situação do presídio de Ariquemes recém inaugurado que tem uma superlotação e que não pode continuar porque sena..., não resolveu nada do problema de Ariquemes porque quando nós visitamos a unidade, não é Dr. Alonso, a situação era crítica com uma superlotação, uma falta de estrutura e nós não podemos novamente cair na mesma situação de vermos o presídio de Ariquemes agora recém, novo inaugurado com esse tipo de problema de estrutura. Há a situação dos Agentes Penitenciários, a falta de Agentes Penitenciários, o pequeno efetivo de Agentes Penitenciários, e, a gente vê isso principalmente nos plantões, precisa ser resolvido. Em algumas unidades quando nós visitamos em Guajará-Mirim, foi em Guajará-Mirim, foi antes de Guajará-Mirim, é? Nova Mamoré. Em Guajará-Mirim e Nova Mamoré a situação é das mulheres presas, as apenadas do Presídio Feminino, só tinha de agente penitenciário só tinha uma mulher para poder cuidar de todo o plantão, é uma situação crítica realmente. Então, as mulheres estavam sendo cuidadas pelos homens, então, são situações que devem ser resolvidas, e, que não existe; pelo o que eu

vejo grande dificuldade. Eu termino a nossa fala com um alerta que foi feito pelo Sociólogo Darci Ribeiro, em 1982 há trinta e cinco anos, o Darci Ribeiro, ele falou o seguinte: "se os Governadores não construírem escolas, em vinte anos, faltará dinheiro para construir presídios". Olha só, há trinta e cinco anos, ele alertou como sociólogo aos Governadores em uma reunião que foi realizada numa Audiência. E eu quero dizer o seguinte: eu não acredito que falte dinheiro para construir os presídios, eu não acredito, eu acredito que falta compromisso realmente por parte do Estado, de efetivar as políticas, as políticas públicas que melhorem essa situação do sistema prisional em toda a nossa Nação brasileira. Agora, nós precisamos olhar com responsabilidade essa situação, nos comprometermos não somente como Estado, não somente como sociedade, para vermos essa situação mudando. Estamos à disposição na OAB, na Comissão de Direitos Humanos, estamos à disposição no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura para conversarmos, dialogarmos e apresentarmos propostas, uma boa tarde a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, muito obrigado Ezequiel, e solidarizo, coloco à disposição para construir esse colóquio e também essa equipe de acompanhamento.

Só registrar a presença do Dr. Tarcísio Inácio, Diretor da Escola Penitenciária Madeira Mamoré. Dra. Ruth Carvalho, Assessora Jurídica do Ministério Público, muito obrigado pela presença seja bem-vinda, se quiser falar, o Cerimonial está à disposição para anotar.

Passar a palavra para o Secretário, Exmº Sr. Cel. Marcos Rocha, que é Secretário de Justiça do Estado de Rondônia.

O SR. MARCOS ROCHA – Cumprimento o Deputado Léo Moraes, parabéns pela Audiência, cumprimento o Sr. Júlio Ulgalde, Delegado representante da SESDEC; Dr. Ezequiel Roque, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Sr. Luiz Marques que também tem feito um trabalho primoroso lá na ACUDA; Sr. Sidney Rivero, também 1º Secretário de Combate à Tortura; Sr. Anderson Dias, Gerente, vem trabalhando arduamente na reinserção da Secretaria de Justiça; Sr. Joaquim Santos, missionário, o Zezinho, mais conhecido como Zezinho. Cumprimento a APAC, que tem feito, agora é a senhora APAC, não é? Tem feito também, corrido atrás, a gente tem trabalhado bastante, o Cel. Cantídio, os Diretores; Presidente Alonso, do COPEN; a Dona Irma, também tem feito um trabalho grandioso junto ao Conselho da Comunidade, enfim a todos os presentes, perdoe se eu por acaso esqueci alguém, o pessoal da equipe toda da SEJUS também, obrigado pela presença. A Secretaria de Justiça realmente ela tem muitos problemas e eu vi esses problemas bastante graves logo que eu cheguei à Secretaria a dois anos e alguma coisa, em dezembro de 2014. Mas, eu vinha acompanhando os problemas da SEJUS ao longo de trinta anos de trabalho. Eu já fui várias vezes no Urso Branco, não como Secretário, mas, como policial acompanhando mil outros, eu estava na rebelião de 2001, 2002, 2004, eu pude testemunhar tudo que aconteceu ali dentro, e a gente vê o que acontece no sistema prisional brasileiro. Hoje o Brasil, ele conseguiu levantar a taça, levantar o troféu de terceira maior população carcerária do mundo, ele era a quarta colocação atrás da Rússia, agora vem Estados Unidos, China e Brasil, isso é um triste troféu que a gente carrega, isso comprova a característica que nós temos, brasileiros, característica de encarceramento, roubou uma carteira vai para a cadeia, gritou com alguém, brigou, vias de fato,

cadeia e por aí vai. Então, é mais fácil coloca na cadeia, coloca na cadeia. Eu vi uma senhora, na verdade eu vi duas senhoras falando que preso bom é preso morto; aí uma delas, eu estava no elevador e eu falei assim, e ela falou para que eu ouvisse, com certeza, e aí eu falei para ela assim: “é mesmo? A senhora tem parente preso?”. Aí ela: “não, graças a Deus”. “A senhora fala isso enquanto a senhora não tiver o seu filho, o seu neto, o seu primo, não é? O seu marido preso”. Ela: “não, Deus me livre”. Aí é fácil levantar o nome de Deus depois que tem alguma coisa acontecendo na família. A gente sabe das dificuldades que tem dentro do sistema prisional e na nossa casa tem problema, eu estava olhando lá a minha cama, ela está com um probleminha no pé, só que eu não trocar agora não, e o sistema prisional onde você tem muitas pessoas dentro e que não queriam estar lá, logicamente ela não é como nós gostaríamos que fosse. E ali entram pessoas de todos os tipos, entram pessoas que tem um determinado conhecimento, outros que não têm, que tem estudo, outra que não tem, outras que são mais desleixados, outras que são mais organizadas e entra esse conflito de comportamentos de pessoas que estão juntas. E a gente não pode simplesmente, e é esse o trabalho que eu tenho feito junto com a equipe e junto com uma multidão de agentes penitenciários que sofrem no trabalho, por que é um trabalho pesado, não é? Você passa uma hora dentro do presídio, vocês vão ver como é pior do que passar 4 horas dentro de uma delegacia ali na frente, não é? No presídio é pior, dentro de um quartel da PM ou numa viatura como eu passei anos e anos. Então a gente tem que vê esse lado também da dificuldade e que a gente não consegue fazer tudo no tempo que a gente queria fazer. Infelizmente um presídio, um único presídio para 114 vagas custa em média de doze milhões de reais, se a gente continuar construindo presídio, a gente não vai ter dinheiro para a educação. Um preso no Estado de Rondônia, cada preso no Estado de Rondônia custa dois mil e cem, dois mil e trezentos reais. Tem Estados no Brasil que pagam por cada preso quatro mil reais por condições muito degradantes, quatro mil, cinco mil reais; enquanto uma criança numa escola, que eu sou professor também, uma criança recebe trinta e nove centavos para poder ter um dia de alimentação, um dia de alimentação, trinta e nove centavos. O que o Brasil tem feito é criar mais e mais presos, por que vai chegar um momento que não vai se dá para fazer, vai contratar agente penitenciário como? Vai construir cadeia como? Vai ficar fazendo retoques que é o que a gente tem feito muitas vezes resolvendo problemas pontais? Como? Não são problemas simples, não são problemas simples de se resolver, são problemas complexos de se resolver. Agora a SEJUS, hoje eu posso dizer ela não está mais sozinha como estava, a SEJUS hoje a gente tem encontrado apoio junto ao Ministério da Justiça junto as APACs, junto ao Ministério Público, junto a Defensoria Pública, junto ao Tribunal de Justiça, junto as Associações e eu quero dizer aqui para não pecar, quero falar alguns nomes, porque a ACUDA a gente já sabe, a APAC a gente já sabe bem, mas, têm algumas entidades que trabalham por trás sem aparecer muito, é a COTAMA, o SENAI, o SENAC, o IFRO, IDEP, ASBANGUAMA, e por aí vai. Então a gente tem que ver e além de outras estruturas, que não estão na estrutura da SEJUS que são as Igrejas, e aí alguém falou assim uma vez para mim: “vai ficar colocando Igreja dentro do presídio?”. Aí eu falei o seguinte: “o que quê a gente vai fazer então? O que quê a gente vai fazer não vai colocar Igreja? Ah! Mas, esses caras só fingem que estão se recuperando?”. Se pelo menos um sair recuperado de verdade, purificado, transformado, está feito o trabalho da SEJUS. Pelo menos um de verdade, não é meia-

sola não, por que tem muita gente que levanta o nome de Deus e é em vão, tem muita gente que fala de Deus e em vão. Mas, se pelo menos um de verdade, de verdade sair dali transformado, recuperado já valeu a pena. Então o que a gente tem feito e é isso mesmo abrir para as Igrejas; Universal, Assembleia de Deus, e outras denominações mais, a do Zezinho que está trabalhando lá dentro e outras mais. E se isso é errado? Não é, isso é legal. Então a gente vem trabalhando neste aspecto. E eu queria aproveitar, Deputado, eu conversei antes aqui com o Deputado, e pedi pra ele: “Deputado não teria como o senhor destinar emenda para ajudar estas instituições?”. Posso falar a sua resposta? Ele disse: “sim, com certeza, eu vou fazer isso, este ano não dá mais”. Mas, o ano que vem eu vou destinar emenda para atender essas entidades para ajudar as entidades, a APAC e etc. e tal, as igrejas. E eu quero parabenizar o senhor por esta ação que vai ajudar inúmeras famílias que tem os seus parentes presos.

Então, apesar de todas as lutas eu tenho visto o que tem acontecido dentro dos presídios. Primeiro: Unidades Calabouços. Unidades Calabouços têm aqui diretores. E, aí o que a gente fez? Havia várias unidades para serem construídas, como é que você vai recuperar alguém se não tem espaço nem para recuperar? Como disse o Presidente do Comitê de Combate à Tortura, como é que você vai recuperar alguém se não tem a área adequada para recuperar? Eu conversei bastante isso com o Doutor Alonso e com a Dona Irma. Como é que vai fazer? Aí eu olhei, tem unidades para serem construídas. Poxa, o que é que está faltando para construir estas unidades? E a gente começou a trabalhar para retomar as construções, e assim foi entregue Alvorada, Machadinho, Ariquemes, Jaru vai ser entregue até o início do ano que vem, 603 que vai ser entregue agora. A penitenciária feminina que eu passava por ali e nem sabia o que era. Aí depois que eu entrei na SEJUS eu soube que era uma unidade feminina, vai ser entregue agora, até o final do ano, e a gente vai conseguir atender. Patronato vai funcionar, sim, no Estado assim que a gente tiver unidade feminina entregue, por quê? Porque a gente vai utilizar a própria estrutura que hoje é a unidade feminina que vai ser útil. Quando a gente tem a SEJUS funcionando bem, evita o trabalho desnecessário, inclusive, da Polícia Militar, da Polícia Civil e de uma série de outras instituições. Mas a SEJUS precisa funcionar bem. Outra coisa que estava equivocada é que a SEJUS tem que cuidar de saúde, a SEJUS tem que cuidar de educação, a SEJUS tem que cuidar de assistência social, a SEJUS tem que cuidar de tudo, não tem como, é impossível. Então nós estamos trabalhando no sentido de cada um ficar com a sua atribuição, como assim determina como assim vem lá de cima de Brasília, então estamos trabalhando nisso, que saúde é com saúde, O que é que eu entendo de saúde? Nada. Assistente social é com assistente social. O que eu entendo de assistente social? Nada. E a gente precisa ter somente alguns técnicos na SEJUS que entendam desta área para poder fazer essa ponte, essa ligação com as entidades que trabalham nestas ações. O que a gente precisa entender é que na SEJUS também tem espaço para todas as associações, para todas as igrejas. Tem espaço para todas as áreas de atuação. E eu, independente da religião que eu professo, a gente tem que entender que todos têm direito a ter a sua religião, a sua escolha. Então quem é católico vai ser atendido por pessoas católicas; quem é espírita vai ser atendido por quem é espírita; e quem não tem problema com religião nenhuma e quiser ser atendido por alguma, vai ser atendido por algum, quem é evangélico, vai ser atendido por evangélico. E não existe esta história de vou colocar ali o tempo só da igreja

católica. Não. O tempo é ecumênico. Então, aquilo que está sendo feito unidades é para todas as religiões, cada uma no seu tempo. Se quiserem fazer juntas, que façam. Então é um trabalho que não é fácil, porque a gente tem que atender a todas as áreas de cobranças da sociedade, dos familiares, dos presos. E eu já fiz várias amigas que são esposas de presos, amigas mesmo, que eu respeito demais. Agentes penitenciários, e, seus familiares têm vários que são meus amigos, amigos, amigos. Tem os conhecidos e tem os amigos. Servidores da SEJUS que têm trabalhado ali dedicadamente; policiais militares que entendem o trabalho que está sendo feito, isto é muito bom. E assim, é um trabalho complexo e que eu sofro. Tem prazo, vai acabar até dezembro do ano que vem. Até dezembro do ano que vem, eu quero entregar todas as unidades, deixar entregue funcionando.

E outro detalhe é o seguinte: o Ceará, o Estado do Ceará que o Doutor Ezequiel falou sobre o efetivo, o Estado do Ceará ele tem 135 unidades prisionais e tem 2.170 agentes; e o Estado do Ceará tem 22.000 presos do fechado, só do fechado; o Estado de Pernambuco tem 1.170 agentes, tem 53 unidades ou 35, não lembro direito, e tem 31.000 presos do fechado; o Estado de Rondônia tem 2.570 agentes, tem 52 unidades com o fechamento de Nova Brasilândia agora e 2.570 agentes.

Dá para comparar? Não dá para comparar, porque as unidades do Ceará, elas têm unidades dentro de unidades, então elas têm complexos penitenciários. Então são 135, unidades, mas, em complexos muitas delas, a gente tem um complexo somente aqui em Porto Velho. O que a gente precisa entender é que nós temos unidades dentro do Estado hoje com quarenta e poucos agentes e vinte e poucos apenados. Então, a gente não tem como deixar uma unidade dessas funcionando e a gente vem falando com os servidores, vem falando com as autoridades, porque hoje nós já regionalizamos a unidade de Alvorada, então Nova Brasilândia foi para Alvorada, o que aconteceu? Tantos os agentes que estão lá quanto o Diretor, dois mandaram mensagem para mim dizendo o seguinte: “eu nunca pensei que eu fosse ter um efetivo tão grande para trabalhar com viaturas, com rádios, com munição, enfim, hoje a gente não está mais passando sufoco aqui na unidade”. Então, a gente tem que entender que da forma como está hoje, não tem como. Com a regionalização pronta e isso tem que ser um trabalho não de Governo, um trabalho de Estado, tem que estar COPEN junto, tem que estar Assembleia junto, tem que estar a Defensoria junto, Tribunal de Justiça, Ministério Público, OAB e etc., têm que estar todos juntos para a gente entender, por que a gente tem que ver a segurança do servidor. E o que é melhor, a gente dizer que não tem dinheiro para contratar ou a gente de verdade lotar os servidores onde precisa ser lotado e assim ter o efetivo adequado e todo o material necessário? Então a gente tem que entender isso, o fato é que reclamaram muito de mim lá em Presidente Médici, e fui denunciado na Câmara Municipal, depois o próprio Vereador que é agente penitenciário quando entendeu o problema, ele me pediu perdão e gravou um áudio, ele foi homem para caramba, ele gravou um áudio, isso em Presidente Médici, exatamente, ele me detonou bastante, depois ele falou assim: “é mais fácil a gente pedir perdão, agora ser perdoado é difícil e o Secretário me perdoou e eu vi que ele tinha razão e eu peço desculpas”, e ele falou isso em audiência. Então, hoje para mim aquele camarada ali eu tenho um total respeito a ele, porque ele foi honrado, foi honrado. Então eu quero dizer que apesar de todo o trabalho, a gente tem realmente e nunca vai ser 100%, na SEJUS, porque a clientela da SEJUS é incerta, a

gente não tem certeza quando é vai estar superlotado, de repente amanhã pode ter um tremendo crime, e no Urso Branco, entrar lá ter 30, 40 agentes, e, ele vai ter que ser virar, não é verdade? Pode acontecer isso lá no Aruana também. Cometaram estupros aí em grande quantidade, aí chega lá 30, para ele, como é que você vai fazer? É um trabalho bastante metódico e difícil. Graças a Deus existem pessoas sérias, que estão preocupadas, que estão trabalhando, que tiraram as diferenças, que tiraram as diferenças! Que falaram assim: Espera aí, vamos ver, está funcionando, está funcionando? Está 100%? Não! Mas é difícil, tiraram as diferenças! Deixaram o papo de lado e passaram a entender e trabalhar juntos para poder resolver o problema. Eu fico muito agradecido a todos que têm feito isso, e concito a quem ainda não conseguiu entender, se tiver alguém aqui dentro, que procure entender como é difícil e me ajude, porque eu preciso dessa ajuda de todos os órgãos, de todas as pessoas que estão aqui dentro e até se puder levar isso, se alguém na sua faculdade, na sua casa tiver uma ideia como resolver o problema da superlotação hoje, eu quero essa ideia, porque a gente não tem. Então se alguém tiver essa ideia como resolver agora, imediato, hoje, eu agradeço de todo o coração. Mais uma vez obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece a fala do Secretário Marcos Rocha e vamos dar continuidade à nossa Audiência, registrando a presença do Pastor Jonas de Oliveira, que é Presidente da Igreja Corpo de Cristo Missão.

O Sr. Jadson de Oliveira Souza, cadê o senhor Jadson, vai apresentar um vídeo, é isso? Vai falar também, por gentileza a palavra está aqui aberta ao senhor e pelo tanto de falas aqui a gente vai tentar dar uma limitada três minutos, já que a Mesa já se manifestou para ver se a gente consegue ter alguns encaminhamentos.

O SR. JADSON DE OLIVEIRA SOUZA - Primeiramente boa tarde. Obrigado pela oportunidade, obrigado primeiramente a Deus por me dar essa oportunidade de trazer aqui, como o Secretário pediu, uma solução, porque eu acho que quando a gente quer a melhora de alguma coisa, a gente tem que trazer uma solução. Não adianta só apontar, só julgar e não trazer algo que possa melhorar. Eu tento fazer isso, só espero que hoje eu possa contribuir um pouco para que eu chegue dentro dos presídios e traga um pouco de conforto para aquele povo que está tão sofrido, que precisa de uma esperança. Uma esperança assim como eu, vocês precisam. Todos nós precisamos de esperança de um dia melhor, não é porque eles erraram que a gente vai dá a sentença final, porque a sentença quem deu foi o Juiz, já deu. Mas, Deus na sua misericórdia pode trazer o alvará de soltura dele como homem melhor para a sociedade.

Tem um versículo que eu peguei para a minha vida, é onde eu executava muito e só fazia, e só queria fazer, mas, não queria contribuir em nada. Onde esse versículo diz assim: “trate o mal com o bem, se você trouxe o bem a quem está do seu lado, ele vai ser uma nova pessoa; mas se você trouxe o mal a quem está à procura de uma esperança, você vai matar os sonhos dele”. Isso está lá em Romanos 12:21, quando a gente trata o mal com o mal, quem é que paga o preço? Vamos falar de presídios, quem paga o preço é a sociedade, porque o homem perde a esperança, só traz a dor, só traz sede de justiça, ele desconta onde? Na sociedade. Mas, como a gente traz o bem, traz uma esperança, um renovo ele pode mudar. Foi isso o que aconteceu na minha vida, na vida do Zezinho, eu creio que acontece na vida de todos nós que

estamos aqui todos os dias pela manhã, uma nova esperança. Isso aconteceu na vida desses dois vídeos que eu vou apresentar de um homem chamado Antônio Marcos Galdino da Silva Neto. Ele era Policial Militar no Estado de Pernambuco, em 1991 aconteceu uma tragédia quando a gente acha que não vai acontecer na nossa vida. Ele chegou à sua casa foi discutir com sua esposa, mas, ele fez uma coisa que não deveria, foi discutir com arma na mão, bêbado. Assim como o relato que ele fala, foi acidental, eu não estou aqui para julgá-lo, mas assim foi o relato. Mas, ele viu de uma nova oportunidade uma esperança, porque o relato dele, eu vou ler aqui para vocês o que ele fala quando ele era PM. Neto, afirma: “quando eu era Policial eu trabalhava pautado pela violência, eu era um homem violento, motivado pelo clamor da sociedade”. O censo de justiça na época disse: “o meu objetivo era matar, tirar criminoso de circulações”. Assim disse ele, ele era esse homem. A sociedade trazia tantos problemas que ele tinha, como o Secretário falou: bandido bom é bandido morto. Mas, como pai: filho bom é filho morto? Todo mundo precisa de uma esperança. Assim como Deus me deu uma nova chance de mudar, só Deus sabe como eu era, só Deus sabe como o Zezinho era. Só Deus sabe como vocês eram, mas, todo mundo tem uma chance e ele pegou essa chance. Em 2011 ele cumpriu 1/3 da sua pena no fechado. Quando ele entrou na cadeia, que ele foi para um presídio, onde ele falou que a cadeia sacudia querendo pegar ele, querendo matar ele, que era um policial. Mas, ele começou a clamar a Deus, e, Deus mandou uma esperança: mandou missionários, mandou evangélicos, ele escutou uma palavra onde Deus, um evangelista, que hoje é uma mulher, que a sua esposa falou: Deus vai mudar a sua história. Ele se apegou naquela palavra. Ele falou que não tinha mais nada. Perdeu todas as esperanças. Mas, ele acreditou naquela palavra e ele mudou a história dele e mudou a história de muitos, ele pegou uma cadeia que era capacidade para 70 detentos, mas, tinha 168, sacudia. Mas, esse vídeo que Deus fala, a gente tem que ser a imagem e a semelhança de Deus, a gente tem que ser reflexo de tudo, tem que ser exemplo. Ele deu exemplo. Ele trouxe a esperança para dentro da cadeia.

Pode colocar esse vídeo aqui, por favor.

(Apresentação de Vídeo)

Se vocês quiserem saber mais da vida desse homem é só clicar lá no Google, lá tem várias esperanças, irmãos, é a única esperança que fez esse homem mudar, só está lá, como o Apóstolo Paulo falou: “1 Coríntios 13:13: entre a fé, esperança e o amor, qual é o maior”? É o amor. Amor é sinônimo. Amor é sinônimo de liberdade. Amor é sinônimo de esperança. Amor é sinônimo de respeito. Amor é sinônimo de igualdade. Nós não podemos só julgar. Nós temos que também nos colocar no lugar das pessoas. Ninguém erra porque quer. Mas, para todos nós Deus tem um Projeto, Deus tem um Projeto para cada um, se vamos falhar, mas, Deus disse que nós podemos ser uma nova criatura. Esses homens tiveram uma oportunidade de ser uma nova criatura só precisavam de uma esperança. Esse homem mesmo trazendo esse sofrimento de 15 anos de condenação, mas, ele trouxe uma esperança. Porque a gente não pode fazer isso? Está bom.

Só espero que eu tenha trazido um pouco de contribuição para a gente refletir sobre um pouco o que é o apenado. O apenado é ser humano igual, eu e você. Erramos igual nós vamos errar todos os dias, mas precisamos nos arrepender, precisamos que a sociedade olhe mais para mim, para você,

para eles de uma forma de mudança, não de uma forma de acusação. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos o Jadson pelo relato e também pelo vídeo, muito bacana. Obrigado.

Passar a palavra para a Sra. Daihane Gomes, que é Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia.

Na sequência a Maria Marilene, Missionária e o Sr. Alonso Joaquim da Silva.

A SRA. DAIHANE GOMES – Boa tarde! Boa tarde a todos, boa tarde em especial ao Deputado Léo Moraes, Secretário, meus colegas que estão aqui, a todos os presentes.

Primeiramente, eu quero fazer uma observação tendo em vista ao exposto que a gente precisa com urgência de mudanças nas Leis. Nós precisamos com a máxima urgência. A Lei de Execução Penal, ela é de 84, o Código Penal mais antigo ainda. Na realidade que eu vivo, na sociedade que eu estou, a coisa não está tão bonita como está sendo pintada aqui não. É minha opinião. Não é; não está. O índice de criminalidade só aumenta e a certeza da impunidade também. O preso hoje, a pessoa mata, estupra, não fica nem um terço daquilo que deveria. Ainda tem a remissão de pena, progressão de regime, para ajudar mais ainda a certeza de que se cometer de novo vai está tudo bem e vamos ter várias políticas de apoio a isso. Eu tenho certeza que a vítima, algumas gostariam de estar aqui também para conversar e expor o seu lado da moeda, mas, infelizmente algumas estão mortas, enterradas e não podem fazê-lo. É complicado para a sociedade da qual eu faço parte aceitar que uma pessoa que mata, estupra uma criança, ela tem como punição deitar numa maca, fazer uma massagem e tomar chá de mariri. Eu acredito fielmente que isso não vai fazer com que a pessoa entenda que o que ela cometeu foi errado.

Concordo, que a única maneira do preso ser reintegrado a sociedade de maneira eficaz seja através do trabalho, através das políticas sociais, realmente, através das políticas pedagógicas. Eu concordo que seja isso.

O patronato que é uma coisa interessante que eu não sabia que vai ser implantado, está de parabéns, porque era isso que eu ia falar, porque muitos, realmente, querem mudança, ao sair muitas vezes não veem para onde ir, não veem o que fazer, não tem aquele amparo para que daí possa arranjar um trabalho, eu digo, àqueles que querem, àqueles que querem realmente trabalhar.

O Estado hoje, como o Secretário falou, tem um gasto absurdo com o preso; o preso, ele tem que trabalhar, quando eu digo que há necessidade de mudança nas Leis ele tem que se sustentar, a mudança é nisso. Quando a gente fala: não, penas mais rígidas, preso bom é preso, preso. Preso bom, é entender que o que ele fez vai ter consequência. O Estado eternamente ressocializa esse preso. Eu concordo. A gente precisa de uma segunda chance, claro que precisa. Mas, quantas chances mais o Estado vai ser obrigado a arcar? O índice de reincidência, segundo, o CNJ é de 70 a 80%. Aí o Estado vai lá investe, trabalho, curso, gasta mais de R\$ 2.500,00 por mês para esse preso. Ok! Agora ele vai ser reinserido. O Estado acreditou nele, e ele volta uma, duas, três, quatro, cinco vezes. Então, estou falando da parcela da sociedade que já está saturada o índice de criminalidade, está saturada de vê a pessoa mata hoje daqui a quatro, três anos ele está livre de novo para matar. A gente tem que entender que a mudança parte do próprio preso. Claro, que existem as exce-

ções; existem pessoas que querem mudanças e para esses a gente precisa estender a mão; mas tem pessoas que não tem mais saída; tem pessoas que não tem mais condições de serem colocadas na sociedade porque lá, infelizmente, a vítima não tem mais defesa, hoje quem está preso somos nós, nós que estamos presos. É por isso que quando eu digo que infelizmente com que a gente tem hoje, a gente tem que trabalhar com o que tem e a Lei é essa, e é por isso que elas precisam ser mudadas com urgência, claro que não é o caso agora, é só uma observação com relação a isso. E com relação ao trabalho, eu até gostaria que eu fosse informada, que de certa maneira eu não estou sabendo, o preso, ele precisa trabalhar. E hoje a gente tem uma cozinha industrial que está desativada próximo ao Presídio 470, que seria de grande importância muito mais do que massagem, onde o preso, ele poderia produzir sua própria alimentação tendo em vista que tem a Colônia Penal, que tenha os legumes e tal, e nessa cozinha industrial, além de trazer economia para o Estado, porque você faz um cálculo breve de uma unidade que possui setecentos presos, são setecentos cafés da manhã, são setecentos almoços e setecentas jantas, isso em uma unidade. O quanto não seria econômico para o Estado se hoje aquela cozinha industrial fosse reativada? Os presos teriam curso de panificação, eles iam ter cursos, eles iam produzir sua própria comida. Então, assim, fica aqui a observação com relação a isso, fica aqui o desabafo e muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós agradecemos a Daihane. E só fazer um adendo, uma colaboração no que foi conversado com o Secretário Marcos Rocha, um apoio através das associações de subsidiar os trabalhos, os cursos profissionalizantes, a capacitação mesmo de todos os apenados, que a contrapartida disso é que nós, também quem sabe pelas associações ou de outra maneira trazer o mínimo de condições para os servidores do sistema prisional, às vezes falta bebedouro, falta qualquer outra coisa que traga conforto e minimamente dignidade que a gente quer ajudar. E aqui, eu gostaria de ter esse compromisso de que o senhor execute essa emenda que a gente vai entregar lá, tudo bem?

Vamos passar a palavra a Senhora Maria Marilene do Nascimento, missionária para falar aqui rapidamente conosco. Muito obrigado.

A SRA. MARIA MARILENE DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus, por essa oportunidade, porque Deus é em primeiro plano em todo tempo da nossa vida, e eu quero agradecer também as autoridades. Eu quero dizer para vocês, que se vocês estão aqui é porque vocês foram constituídos por Deus. Então, Deus, ele quer que nós mudemos sim como foi falado, eu até me emocionei em muitas coisas que foram ditas aqui através do sistema prisional. Eu ando no sistema prisional desde 2012, eu conheço muitas pessoas que fizeram muitos crimes, cento e poucos anos, Pastor Marcos Antônio, muitos homens que hoje estão pregando a palavra, e eu tenho andado no sistema prisional por amor a Cristo. Deus colocou, eu tenho um filho lá, e eu faço isso com amor, eu sou uma empreendedora, eu tenho uma loja e muitas vezes, eu dou roupas para os presos, eu não cobro nada, eu faço tudo por amor. Em 2014, eu montei um projeto dentro do Urso Branco, que foi feito pufes, cadeiras, foram feitas poltronas; o Dr. Renato esteve lá ao meu pedido, eu fui muitas vezes lá pedir para ele, porque eles não queriam remir as penas, porque isso era o quê? Eles falavam que era artesanato e não era, e ele foi lá gostou do projeto.

Passei um ano e meio, porque quando eu descobri que esse projeto, ele não era regularizado, passei na SEJUS, um ano e meio com a Núbia, e nunca consegui regularizar esse projeto, acabaram com o projeto lá dentro, era um projeto muito bom, consegui máquinas com as famílias. Então, Deus, ele quer ver uma mudança na vida dos presos sim. E eu já vi gente lá dentro, chefe de facções, eu ajudo quando eles saem de lá, porque é muito fácil, meus amados irmãos, você falar de ressocialização, mas cadê? Será que essas pessoas vão pelo menos, digamos assim, de dois ou de cinco em cinco meses lá dentro para ver como que é? Os presos me procuram: "Dona Marilene, eu tenho levado choque, eu tenho apanhado". Muitas vezes eu já fui muito humilhada dentro do Presídio por pessoas lá dentro, não por presos, porque você chega para pregar a palavra de Deus, eles te tratam bem, eles param tudo que estão fazendo para ouvir a palavra, eu vejo a revelência deles na palavra de Deus. E eu quero deixar um versículo Bíblico, que Deus fala em Mateus 25. "Quando vos vier o Filho do Homem na sua glória e todos os anjos com Ele, então se assentará o Trono da sua Glória e diante Dele serão reunidas todas as nações, separará um dos outros como o pastor separa as ovelhas dos cabritos". E Deus fala também embaixo que eu tive fome e você não foi me visitar; eu estive preso lá e você não levou a palavra para mim, não é? Então Deus, Ele quer sim não só os presos, como muita gente que até aqui fora estão errando, se é para falar de crimes, muita gente está errando também e não estão lá presos, e eles também precisam de uma mudança por que a palavra de Deus diz: "não julgue, para não ser julgado". Por que à medida que você medir, você será medido. Nós temos que levar o amor para com as pessoas que estão precisando realmente do Evangelho, por que a única que muda o homem é a palavra de Deus, por que Deus me mudou, eu era uma pessoa derrotada, eu era uma pessoa que não tinha nada, eu tinha uma família derrotada, mas, quando me falaram de Jesus eu fui e quis, por que a palavra tem poder, você abre qualquer livro você lê, mas, se você ler a palavra de Deus, ela te transforma, ela te muda, ela esmiúça seu coração e vai fazer você uma pessoa diferente, mudada. Eu ando lá quando o Pedro ainda estava lá, Célio entrou, nos ajudou com esse projeto, era a época do Camilo, todas as pessoas querem realmente ajudar, mas cadê as pessoas que estão no poder? Como é que essas pessoas deveriam ajudar esses presos? Por que muitas vezes, meus amados irmãos, construir presídio como foi falado aqui, é muito fácil e por que não constrói um lugar para colocar esses presos e gerar trabalho para eles como foi colocada aqui no vídeo? Por que o problema existe, mas, cadê o amor? Que Jesus nos orienta, que nós temos que amar o nosso próximo como a nós mesmos, e esse é um dos mandamentos de Deus. Por que a Bíblia diz também que está ordenado morrer uma vez depois vai para o juízo, todos nós aqui nós vamos passar pelo tribunal de Deus, e o que quê eu fiz por amor ao meu próximo? O que quê eu estou fazendo, eu que estou no poder? Que eu posso fazer alguma coisa para ajudar? Por que a Bíblia diz que as pessoas estão vivendo no seu bel prazer, não querem ajudar as pessoas, só querem saber de criticar, nós não devemos ser assim, nós temos que ter um coração cheio de amor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Senhora Maria encerrando para a gente dá continuidade, por gentileza.

A SRA. MARIA MARILENE DO NASCIMENTO - Tudo bem, mas eu gostaria de participar, a mulher falou sobre a panificação, eu já fiz curso de Enfermagem, eu já fiz curso de Pizzaiolo,

pasta americana, bolo confeitado, eu sei costurar, fazer camiseta, eu já quis colocar projeto lá dentro de assim fazer cortinas, lençóis, mas, eu nunca tive ajuda de ninguém. Deus, Ele tem me prosperado, irmãos, e eu tenho feito o trabalho do Evangelho de Cristo, conheço o Sr. Valdomiro, uma pessoa muito maravilhosa, na porta dos presídios, está sempre ali querendo ouvir as mães, ele fica ali na frente dos presídios como eu nunca vi, parabeno até ele por isso. E eu louvo a Deus se eu tiver a oportunidade também de estar dentro dos presídios para levando a palavra de Deus, isso está dentro de mim, é o amor que Deus colocou por mim e eu vivo nos montes pregando, e eu entro lá nos presídios, Doutor, e, eu prego para os presos para eles não fazerem rebelião. E Deus me revela e eu encontro preso nas ruas: “você lembra naquele dia que você estava lá no presídio, que você profetizou na minha vida que viria o meu alvará? Eu saí de lá”. Por que quem me usa é o espírito santo de Deus, eu não sou nada. Mas se você precisar de mim, eu estou aqui para ajudar, eu estou aqui para fazer a vontade de Deus, por que Deus colocou o meu filho lá, ele já está saindo, não foi por nada não, irmão, por que é muito fácil você criticar quem está lá dentro: “Ah! Mas tem morrer”. Eu não quero que o meu filho morra, eu falo: olha, Deus não deixa ninguém tocar no meu filho, por que ele é um ungido teu. Quantas pessoas aqui, será que você está isento de um dia num está lá dentro também? A Bíblia diz que nós temos que ter amor. E a gente nunca deve dizer; dessa água nunca beberei. Você está no poder hoje, mas, depois um dia você está em cima, mas, você pode está embaixo um dia, ninguém sabe! Amém. Então vamos ter amor, vamos buscar, se eu tivesse mais oportunidade eu ia falar mais, mas agradeço a Deus por essa oportunidade, e eu quero dizer quem colocou vocês no poder foi o Senhor, não foi homem não! E é para vocês fazerem a diferença, por que no grande dia todos nós vamos prestar contas com o Senhor Jesus, por que todo mundo vai morrer aqui, eu vou morrer e aí quando você chegar lá diante de Deus, como é que vai ser? Temos que fazer alguma coisa, construir aqui fora lugares para trabalhar, eu tenho esse projeto no meu coração, um terreno do outro lado do rio que o meu sogro me deu, eu tenho uma casa na Embratel, eu tenho uma no Planalto e se Deus me ajudar eu vou construir lugar colocar eles, se eles quiserem me ajudar e irem para lá. Amém? Obrigada pela oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigada Dona Marilene. Registrar a presença do Excelentíssimo senhor vereador Orlando Costa dos Anjos, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jarú, seja bem-vindo; assim como a Cássia Gomes dos Santos que também está conosco.

Vou passar a palavra ao senhor Alonso Joaquim da Silva, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual - COPEN. Por gentileza Doutor Alonso, neste tempo esta a palavra franqueada ao senhor.

O SR. ALONSO JOAQUIM DA SILVA – Ilustríssimo senhor Deputado Estadual Léo Moraes; demais autoridades presentes. A nossa plenária ficou um pouco vazia, mas, mesmo assim vamos nos esforçar para ver se nós também complementamos uma série de informações que são de fundamental importância para esta questão que o tema básico chama-se ressocializar. Observem bem, já foi discutido em várias palestras, o próprio Coronel Marcos já falou que essa questão de ressocializar significaria dizer que o preso antes ele era socializado e parece que não. Bom, o Conselho Penitenciário Estadual é um órgão construtivo, deliberativo e fiscalizador. Ele precisa ser um pou-

co mais explorado para que ele tenha as suas ações realizadas. Nós vivemos dentro dos presídios e vemos que esta questão ressocialização é um pouco cheia de complicadores. Nós temos aí, participamos por último agora de um congresso chamado em que a FBAC chamou as APACs, lá em Minas Gerais. O lema, sabe qual era o lema? ‘Somos todos recuperandos’. E quem visitou APACs por este Brasil afora, várias autoridades aqui já fizeram isso, e sabem que todas aquelas pessoas que estão dentro de APACs, elas saem sim socializadas, eu vou chamar de socializadas, recuperadas. Então significa dizer que nós enquanto somos todos recuperandos, nós temos cada um que fazer a nossa parte. Eu, enquanto Membro Fiscalizador, juntamente com os Direitos Humanos, o Doutor Ezequiel sabe disso, nós fizemos um trabalho muito bom. Nós verificamos uma série de coisas que precisam ser vistas. Foi falado aqui por outras autoridades. Nós já chamamos a atenção da SESDEC no que se refere a questão do preso quando é espancado na parte interna de um presídio, quando ele vai para o Instituto Médico Legal, o agente penitenciário leva e às vezes de certa forma o resultado do IML não é aquele que deveria ser a realidade, isso já foi alertado para a SESDEC.

Nós vamos aos presídios fazer inspeções, verificamos lá, que infelizmente o Estado falha por conta de uma série de burocracias. O Coronel Marcos tem feito muita coisa, o Anderson veio, tem experiência na área, e tem feito um excelente trabalho, mas, só os projetos não vão socializar o preso. Há presos que procuram o quê? Ele busca remissão de pena para que ele esteja lá fora amanhã, faça um novo trabalho e volte. As estatísticas dizem que o preso que sai, ele não demora mais do que 72 horas, já está voltando. É complicado isso aí. Nós vemos dentro de um presídio e de repente os Direitos Humanos e o Comitê de Combate à Tortura detecta, faz relatórios, o Conselho Penitenciário está junto, geralmente, e detecta, manda mais adiante, mas, infelizmente, não surte efeito desejado. O Conselho da Comunidade tem feito inúmeros trabalhos para ajudar o Estado, que não é obrigação do Conselho fazer isso. Inclusive, de ajudar construções, uma série de outras coisas mais. Agora nós chegarmos dentro de um presídio e de condições subumanas em que um preso lá no 470, presídio novo, tem direito a apenas uma hora, um minuto e trinta segundos para usar a água. Projeto novo, mas, no entanto, a água não está chegando às celas para o preso tomar banho, são coisas deste tipo. Será que vai socializar este preso? É complicado.

Então eu não quero tomar muito tempo dos senhores porque eu acho que quero obedecer aquilo que o Deputado Léo Moraes falou no sentido de cumprir os meus três minutos aqui. Eu quero deixar a mensagem de que o Conselho Penitenciário procura se esforçar para ver se leva aquelas informações às autoridades. E eu quero só dizer aqui também, que eu me ressinto da ausência aqui do Ministério Público, da Defensoria Pública, porque eles também fazem parte deste contexto como o Coronel Marcos Rocha falou. O que é que acontece? Quem cuida do sistema penitenciário: o Estado a SEJUS, a Secretaria de Saúde, a Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública, o município, e todos eles precisam se integrar, além de outras instituições e mais. Precisa também conscientizar os diretores dos presídios para que não haja espancamentos na parte noturna, que isso aí o Conselho Penitenciário e os Direitos Humanos têm tido conhecimento e tem levado, tanto é que tem um processo tramitando na Vara de Execuções Penais com referência a isso aí. Então precisam os diretores de presídios, levarem mais adiante determinadas coisas que trazem situações que complicam. Existem excelen-

tes agentes penitenciários, mas, existem alguns que criam dificuldades, procuram complicar e a socialização não vêm, senhores. Então fica aqui a mensagem do Conselho Penitenciário do Estado que procure se esforçar para que haja uma questão mais social com referência a tudo isso. Não se esqueçam das APACs, e do Patronato, porque isso aí vem trazer muita coisa boa para nós. Muito obrigado senhores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece o Sr. Alonso pela sua participação, pelo cumprimento ao tempo, pela sobriedade e lucidez para discutir esses problemas.

Registrando a presença do Pastor Samuel, da Assembleia de Deus que está presente também, muito obrigado Pastor, seja bem-vindo, a gente agradece o prestígio de estar aqui conosco. A Sra. Irma Garcia Bueno, Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal para finalizar a participação da sociedade no nosso debate, por gentileza.

A SRA. IRMA GARCIA BUENO - Boa tarde a todos da Mesa. Cumprimento a todos os companheiros que estão aí na assistência. Nós estamos falando da ressocialização e eu gostaria de fazer uma colocação, vou ser breve porque eu tenho que sair logo. Para ressocializar um preso, nós temos que tratar ele com dignidade, com respeito para que ele possa devolver esse respeito para a sociedade e para os que servem. Ultimamente nós estamos tendo muito espancamento, Sr. Secretário, dentro das unidades prisionais e, eu posso confirmar isso porque eu vivo dentro das unidades prisionais. Mas acontece que o espancamento não acontece assim por acaso, porque todos levam de um lado e esquecem-se do outro, porque eles estão sendo espancados por agentes penitenciários que não estão tendo nenhuma assistência médica, nenhuma assistência psicológica, nenhuma assistência social, que ocupe o espaço dele e procure ver as necessidades de cada agente penitenciário. Só se preocupam de um lado, só se preocupam de outro, mas nenhum agente tem tido, ninguém tem tido a preocupação de procurar saber por que ele bate, por que ele está revoltado, ele está revoltado com o salário, ele está cansado do trabalho, ele tem muito tempo e não se desenvolveu em nada, não teve uma homenagem, não teve uma gratificação, então ele se revolta, ele fica doente, vê dentro da família, que eu conheço família de agentes que estão sofrendo, porque ele chega nervoso dentro de casa, ele chega insatisfeito. Então nós estamos vendo partes e partes, estamos esquecendo que para um agente ajudar um apenado a se ressocializar, ele tem que estar bem com ele, para estar bem com o apenado, o apenado tem que estar bem com ele para estar bem com o agente. Esse lado ninguém vê, ninguém assiste, aí de repente chega-se numa unidade nova, perfeita que não está funcionando nada, não tem água suficiente para o preso, o Conselho vai lá coloca o material para gelar água para preso, não pode! Porque preso daquela unidade não pode tomar água gelada, o Conselho vai lá investigar, batem contra o Conselho, inventam histórias, fazem situações e até impedem, teve situações que o Conselho chegou lá, foram quatro vezes e não conseguiu entrar. O próprio Conselho recebeu do Dr. Sérgio William, caixas e caixas de livros para que levasse para o 470, livros de leis judiciais, falando dos artigos de Direito e tudo mais. Sumiram os livros, nenhum apenado recebeu um livro para ler e não foi somente o Conselho que levou, diversas pessoas levaram livros, familiares levam livros, por quê? Se você ocupa a mente do preso lendo, ele está tendo alguma coisa para fazer, ele está começando a entender alguma coisa, ele está aprendendo alguma coisa e isso não está acontecendo e não é só

nessa unidade, tem algumas outras unidades que está acontecendo isso. Aí o Conselho pergunta: “como é que vamos trabalhar uma ressocialização trabalhando nesse nível Trabalhando desse jeito?”. Nos ocupando apenas de levar as coisas? Não funciona; nós temos que dá amor, porque não? Porque os piores pecadores também merecem, porque aqueles que estão lá não tiveram boa educação, porque o Estado não aplica nas escolas, não paga decentemente um professor, os alunos estão tendo mais drogas dentro das escolas e faculdade hoje do que antigamente, por quê? Porque antigamente os professores tinham autoridade dentro das salas de aula, eles tinham incentivos para ensinar, eles tinham tudo, senhor Deputado, que ajudava com que nossas crianças saiam de lá ressocializadas. Eles sabiam com fazer, vocês entram no presídio, tem homem que não sabe assinar o nome dele, ele cometeu diversos crimes, mas, não teve estudo, não teve oportunidade. Por quê? Pai e mãe saem para trabalhar cedo e eles ficam sozinhos, não vão à escola, no caminho são adotados pelos traficantes e por pessoas de má índole e eles ficam assim. Então, a sociedade está se cobrindo de um lado, defendendo-se do outro, mas, todos nós somos culpados. Todos. Toda a sociedade, Governo, tudo, a própria Justiça.

Vamos falar em ressocialização? Vamos. Temos que ressocializar? Temos. Mas, então, vamos nos reunir, vamos nos unir e vamos preparar, principalmente, os nossos Agentes que estão precisando de socorro. Por quê? Porque é através deles que nós vamos ter liberdade de entrar no presídio, de ressocializar, de conversar, de dá assistência, principalmente, na parte de saúde que está um caos. Não se ressocializa um preso doente, um preso machucado de tanto apanhar, eles ficam nervosos e ficam piores. Então, não tem como ressocializar se não mudarmos a nossa técnica, mudarmos as nossas situações e colocar o item principal, nos unirmos para mudarmos o modo de como está sendo seguida a situação dos presídios; dentro dos presídios. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece a Irma, obrigado, e é conhecedora da realidade, in loco, no dia a dia, na rotina, é importante que a gente até se aproxime até, Ezequiel, faça aí uma ação integrada, conjunto aí em diversos Conselhos, Comissões, Colegiados, que isso vai dá bons frutos até para subsidiar a Secretaria mesmo, ajudar a trabalhar melhor.

O Elias, que é Corregedor, ele também vai fazer uso da palavra e antes Secretário, eu já falei nos bastidores sem o acesso ao microfone, mas, eu queria também fazer uma pergunta: tem previsão de emergencial na SEJUS? Um Deputado levou isso para a Comissão de Direitos Humanos. E outra coisa que eu já lhe perguntei é em relação à gente debater depois com os colegas a respeito da possível nova formação com a Fundação do Sistema Socioeducativo, se seria possível a gente voltar a conversar isso com a SEPOG e aí eu precisaria saber do senhor.

A primeira questão. Se há previsão que o Deputado aventou isso na Comissão e a segunda, se nós podemos discutir com o George a questão dos Socioeducadores.

O SR. MARCOS ROCHA – Sim, a questão do emergencial, a gente está fazendo a regionalização da SEJUS, com a regionalização vai diminuir o número de Unidades Prisionais existentes e essa redução de unidades vai permitir com que a gente consiga melhor adequar o efetivo da SEJUS, buscando o quê? Não é botar muito distante da sua casa, o mais próximo possível de onde se mora; de onde ele mora hoje. Por exem-

plo, quem morava lá, trabalhava em Nova Brasilândia, está morando em Alvorada, é próximo Nova Brasilândia de Alvorada e a mesma coisa em outras Unidades.

A ideia é que a gente consiga, a gente está trabalhando nessa possibilidade de emergenciais, não para contratar mais servidores fixos depois, Agentes Penitenciários, mas, para um período intermediário enquanto a gente não tem a ressocialização, a regionalização completa. Então, isso não vai fazer com que a gente seja obrigada a contratar mais Agentes Penitenciários. É num período de sete meses a um ano até que a regionalização permita a liberação de Agente de uma área para ir para outra área. É isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E seriam quantas vagas nesse emergencial?

O SR. MARCOS ROCHA – A gente não tem ainda nem essa certeza de quantos vão ser. A gente está vendo onde nós colocaríamos, talvez, só aqui em Porto Velho; talvez só em Ariquemes, ou em Ariquemes, Machadinho, a gente está trabalhando ainda, não é muita gente não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A previsão é para quanto, é para esse ano?

O SR. MARCOS ROCHA – A gente está trabalhando, ainda não tem uma definição porque o 603, deve ser entregue no final do ano, mas, a gente não sabe ainda qual Unidade vai ocupar o 603, então está tudo em estudo ainda.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas, já estão estudando, no caso?

O SR. MARCOS ROCHA – Estamos estudando sim.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí é importante saber.

E outra questão é de nós discutirmos com o Dr. Tramontini, que já havia feito essa conversa com o George Braga a respeito de aproveitamento numa possível Academia com os outros moldes pedagógicos de ensino que ele sempre tem aventado isso, o Dr. Tramontini em relação à Fundação.

O SR. MARCOS ROCHA – É. O que acontece é o seguinte. Está em estudo já, quase pronto já, quase certo, inclusive, com a Assembleia...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Uma modelagem de Fundação.

O SR. MARCOS ROCHA – A modelagem da Fundação. Nós tínhamos dentro do sistema...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É que tem que passar pela Assembleia.

O SR. MARCOS ROCHA – Passa pela Assembleia. Nós tínhamos dentro do Sistema da SEJUS, nós temos 2 Sistemas lá o Socioeducativo e Sistema Prisional.

O Sistema Prisional, na época, com 51 Unidades; o Sistema Socioeducativo com 16 unidades. Ocorre que eu fui a vários locais, eu visitei as Unidades Socioeducativas no interior, todas elas, eu não sei o nome da senhora que falou aqui, hoje inclusive, eu estava em Unidade Prisional, a Irmã que falou

aqui quem foi? Ela já saiu, mas, hoje, inclusive, eu estava numa Unidade Prisional lá dentro da Unidade, eu vou constantemente, nas Unidades, não na Capital, mas, no interior...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Maria Marilene.

O SR. MARCOS ROCHA – Dona Maria Marilene. Então eu cheguei numa Unidade Socioeducativa no interior onde há seis meses não tinha nenhum menor apreendido. Então havia um Socioeducador na Unidade tomando da conta da Unidade, enquanto os demais estavam todos em casa, trabalhando ou fazendo outra coisa que não para o Estado. Isso está ferindo vários conceitos, vários princípios constitucionais, e houve a necessidade então de se trabalhar a regionalização do sistema Socioeducativo, das 16 Unidades hoje nós temos 9 Unidades Socioeducativas, e provavelmente vai reduzir mais ainda. A tendência é que fique no máximo seis unidades em todo o Estado, atendendo com o número de Socioeducadores que tem. Eu sei da luta de quem fez o concurso, mas, não ficou dentro do número de vagas, a gente precisa..., eu tenho que ser sincero, eles realmente passaram no concurso, mas, não ficaram dentro do número de vagas, a chance de ser chamado? Há. Desde que haja a demanda do sistema Socioeducativo. Então lá atrás eu fiz a solicitação de 150 novos Socioeducadores e eles entraram, foi ampliação de vagas. Então do número de vagas chamei mais 150. Mas, hoje é algo muito incerto, Deputado, a gente não sabe se realmente vai ser necessário por que com a redução de Unidades o número de Socioeducadores talvez seja, o existente hoje seja necessário para atender a demanda. Quem está fazendo esse estudo é o pessoal do próprio Socioeducativo, deve acontecer em breve a separação do Socioeducativo da SEJUS, isso para quê? Para que se possa dar mais atenção ao Socioeducativo, mas, isso é tudo questão de estudo. É claro nada impede que o senhor faça o requerimento ao Secretário de Planejamento, solicitando a abertura de novas vagas, mas hoje eu não sei se isso realmente vai ser necessário. Eu não gosto de mentir, não gosto de oferecer palavras falsas, jogadas, preciso falar a verdade do que mentir e depois ser cobrado. Então é isso, nada impede que se solicite, mas, eu não se realmente vai ser necessário da forma como tem acontecido hoje no Sistema Socioeducativo, ou seja, das 16 Unidades, já 7 não existem mais, já foram desativadas. E hoje, por exemplo, aqui em Porto Velho vai ter um caso novo, a Justiça trabalhando em conjunto inclusive, com a liberação de recursos de multas, e vai ter um CASE aqui, mas esse CASE vai desafogar alguma outra Unidade, a Unidade sai de um lugar e vai para outro, o senhor entendeu? É assim.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Está tendo vacância por conta de profissionais que são aprovados em outros concursos, assim como teve na PM de aproveitar?

O SR. MARCOS ROCHA – Como a gente está fazendo a regionalização ainda não, por exemplo, no prisional a gente vai fazer a regionalização, lá em Alvorada precisava de efetivo. Então o efetivo de Nova Brasilândia foi todo para Alvorada, vai também o efetivo de Presidente Médici para Alvorada. Então isso vai acontecer em várias Unidades no Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Esses profissionais, eles percebem algum outro tipo de benefício pelo deslocamento?

O SR. MARCOS ROCHA – Não, ele é servidor contratado para o Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Ele vai e volta?

O SR. MARCOS ROCHA – Não, ele é contratado para o Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É que não era regionalizado, era aberto o concurso...

O SR. MARCOS ROCHA – Não, ele pode, enquanto ele está em estágio probatório, ele não pode ser movimentado, após o estágio probatório legalmente ele pode. Então ele é servidor do Estado, não é servidor daquele município.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Senhor Elias Corregedor da SEJUS vai falar.

O SR. ELIAS RESENDE – Boa tarde a todos, parabenizar o Deputado por mais esta bela Audiência para tratar um assunto bastante intrigante que é o Sistema Penitenciário e falar de ressocialização. É uma tarefa árdua por que há ainda muitos mitos em torno desta palavra ressocialização. Mas, o me traz aqui notadamente a fala do Dr. Alonso e da Dona Irma, Presidente do Conselho da Comunidade, onde foi relatado aqui; diversas denúncias de agressões perpetradas por agentes penitenciários contra presos e dá a impressão de que nós compactuamos com isso. Mas eu quero dizer que todas aquelas denúncias que são apresentadas à Corregedoria da SEJUS, elas têm sido apuradas com muita responsabilidade e à medida que for comprovando dentro do devido processo legal a responsabilidade objetiva pela agressão de qualquer servidor, ele tem sim sido penalizado nos ditames legais. Senhores, não é raro, aliás, é muito frequente que apenados façam denunciismo em relação a agressões para justificar um comportamento inadequado em situação anterior. Então, nós precisamos encarar de forma muito responsável denúncias de agressões perpetradas por servidores seja do sistema penitenciário, seja do sistema Socioeducativo; não podemos tomar como verdade absoluta essas denúncias que são feitas de formas vazias, de formas genéricas que não se aponta efetivamente quem é o agressor, não se aponta efetivamente quem é a vítima para que nós possamos responsabilizar aquele que tem efetivamente transgredido a Lei, eu não posso colocar, me perdoe pela palavra, em um único saco todos os servidores da SEJUS, dizendo que são agressores dos apenados, não é verdade. Eu quero relatar aqui, Senhor Deputado, que eu não tenho, neste ano de 2017, recebido nenhuma única denúncia de agressão contra preso ou menores infratores por parte do Conselho da Comunidade, do Conselho Penitenciário, do Mecanismo de Combate à Tortura e de outros órgãos dessa natureza. Nós temos recebido diversas informações de familiares de presos, de próprios apenados, e nós temos ido atrás dessas informações. No ano de 2016, para os senhores terem uma ideia, nós recebemos uma denúncia do Conselho da Comunidade de agressão que beirava o crime de tortura, e nós fomos averiguar Senhor Deputado, e o processo está sendo concluído, lamentavelmente pela demissão dos três servidores que foram denunciados, porque as provas carreadas nos autos, observado todo o princípio do devido processo legal, nos levam a crer que aqueles servidores agrediram de forma

gratuita aquele apenado, denúncia essa que partiu por parte do Conselho da Comunidade. Então, me causa estranheza ouvir que nós temos diversas agressões dentro dos presídios; e eu não tenho recebido, e olha que eu tenho me colocado a disposição, eu tenho contato com o Dr. Alonso, com a Dona Irma, o Dr. Ezequiel, a gente tem conversado algumas vezes, se essas denúncias são encaminhadas para outros órgãos, é salutar que elas sejam encaminhadas também para a Corregedoria da Secretaria de Estado de Justiça, para que nós possamos identificar e responsabilizar e individualizar a conduta daquele transgressor e não colocar de forma genérica de que os agentes penitenciários são agressores contumazes dos apenados. Então, Senhor Deputado, nós temos agido com muita responsabilidade em relação a denúncias de agressões e de tantas outras formas irregulares que possam ser praticadas por agentes penitenciários e socioeducadores e temos dado uma resposta. Nós, no ano de 2016, nós recebemos mais de duas mil e oitocentas denúncias na Corregedoria devidamente protocoladas, e ao fim, e ao cabo de cada uma das diligências e investigações, nós tivemos cento e doze processos instaurados, estou falando de um universo de quase três mil denúncias, apenas cento e doze realmente justificava a percepção administrativa disciplinar e muitos servidores nossos foram penalizados uns com demissão, lamentavelmente, outros com suspensões e repreensões e até mesmo com termo de ajustamento de conduta que sabiamente o Secretário de Justiça teve adotado dentro do sistema administrativo disciplinar, porque isso traz efeito porque tem algumas situações que não é caso de suspensão, não é caso de demissão, não é caso de repreensão, mas, cabe um ajuste de conduta para que isso não caminhe para uma situação mais gravosa. E aí Deputado, só para finalizar. Eu ouvi e muito preocupado com a fala do Dr. Alonso, onde apenados são encaminhados ao Instituto Médico Legal, e resultado ali produzido não condiz com a realidade, isso para nós é de suma importância esse laudo de exame de corpo de delito para confirmar a agressão, confirmar a veracidade da denúncia. E não cabe me questionar se aquele instituto médico está, com a devida vênua, nas palavras do Dr. Alonso aqui, trazendo resultado diferente daquilo que lhe é apresentado. É uma situação preocupante, que nós precisamos observar e a SESDEC precisa mesmo ter uma atenção em relação a isso para que nós não tenhamos uma atitude de forjar o resultado de uma agressão que efetivamente aconteceu seja no interior de delegacias, seja no interior de unidades prisionais. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece a palavra do Elias, a manifestação. Dr. Alonso pediu. Só Dr. Alonso, só utiliza o microfone para ficar registrado por gentileza. Rapidamente, que aqui a gente vai dar os encaminhamentos.

O SR. ALONSO JOAQUIM DA SILVA – Eu quero informar que o Conselho Penitenciário como ele tem uma autonomia específica, só não a financeira que fica vinculada a SEJUS, o Conselho Penitenciário quando ele faz denúncias, ele manda para o Secretário da SEJUS, então o Secretário é que vai mandar o subordinado dele, da Corregedoria tomar ou não as providências, o que ele entender de tomar ou não. Com referência a isso todas as denúncias nós aproveitamos e mandamos cópias

para o Ministério Público, para a Vara de Execuções Penais e para o Tribunal de Justiça. Se não vai em frente determinadas informações ou denúncias que se faz, então nós lamentamos ao ilustre Corregedor, que tem feito um excelente trabalho, eu sei disso, mas, lamentamos que a coisa não está correndo dentro daquilo que deveria correr. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – só fazer pedido para também encaminhar a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, já que estão fazendo esses expedientes, que encaminhe também para a Assembleia Legislativa.

O SR. ALONSO JOAQUIM DA SILVA – Iremos providenciar isso ilustre Deputado. Obrigado.

O SR. MARCOS ROCHA – É importante, desculpa Deputado, é importante se o senhor conseguir me mandar uma relação dessas denúncias, é importante para eu ver por que quê não está chegando então. Se o senhor puder fazer essa relação para mim também e encaminhar, até pessoalmente mesmo, eu agradeço.

O SR. ALONSO JOAQUIM DA SILVA – Prefeito. Secretário observe bem, o Dr. Ezequiel havia falado aqui que nós fizemos um trabalho conjunto, Conselho Penitenciário, Direitos Humanos, e Comitê de Combate à Tortura no âmbito do Estado todo, isso aí gerou um relatório de 78 laudos, se eu não me engano, e até agora nem os Direitos Humanos nem o Conselho Penitenciário, recebeu qualquer resultado daquilo ali, envolvia sabe o quê? A questão daquele momento de crise, que envolvia...

O SR. MARCOS ROCHA – O senhor fala naquele relatório?

O SR. ALONSO JOAQUIM DA SILVA – Daquele relatório. Então naquele relatório ali também vão denúncias, o senhor entendeu? Então nós gostaríamos que fosse dada uma atenção especial para os relatórios do Conselho Penitenciário, dos Direitos Humanos, também do Conselho da Comunidade por que são colaboradores, são colaboradores do sistema penitenciário, entenderam? Muito obrigado, senhores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. A gente tem aqui o encaminhamento a ser feito já que todas as pessoas se manifestaram, o Sr. Paixão, Diretor do Presídio declinou da sua fala, não foi? Declinou da fala, então já vamos fazer o encaminhamento aqui para que todos assinem.

Passar aqui para o nosso colega Ezequiel para que ele faça aqui os encaminhamentos que depois todos da Mesa irão assinar e os interessados também participantes desta Audiência.

O SR. EZEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO – Bom, entre os encaminhamentos, nós não conseguimos fechar todos os encaminhamentos necessários aqui e nós vamos pedir a colaboração de todos da Mesa e de todos os participantes da Audiência que nos ajudem neles, nesses encaminhamentos.

Então proposta para encaminhamentos:

1 - O Estado deve melhorar as ações articuladas dos órgãos, Secretarias que devem atuar na execução penal garantindo: que a SESA disponibilize médicos para atendimento dentro das Unidades prisionais.

2 – Que a SEDUC melhore o atendimento educacional dentro do sistema prisional e socioeducativo.

3 – Que a SEAS disponibilize equipe psicossocial para atendimento tanto dos apenados dentro do sistema prisional, como dos agentes penitenciários.

4 – Implementação imediata do patronato.

5 – Garantir que a SEJUS dialogue com os diretores das Unidades prisionais para ser garantido o direito da assistência religiosa de forma laica e livre para todas as religiões, individual.

Eu estou falando aqui, narrando e vocês podem ir acrescentando.

6 – Que o Tribunal de Justiça com vias na redução do número de encarcerados, garanta a realização das audiências de custódia nos finais de semanas, de acordo com a Resolução do CNJ.

Mutirão carcerário também, a realização também do Tribunal de Justiça, a realização de um mutirão do sistema carcerário.

Nós temos também para a Defensoria Pública a implementação de ações que diminua o número de PADs, com mutirões para que diminua o número de PADs.

Bom, em relação as estatísticas, que a Secretaria de Justiça disponibilize os dados da Gerência de Reinserção para que seja público estes dados, porque é necessário que seja público estes dados da Reinserção. E que em relação ao município, que seja garantida a implementação de novos convênios com o município de Porto Velho e com os municípios do interior. Convênios para os apenados trabalharem.

O Patronato nós já falamos, já falamos do Patronato. E temos mais. A APAC teria também, tem a situação da APAC, da construção das APACs, Sidney? A construção das APACs? Como é que está a situação das APACs? Podemos fazer um encaminhamento sobre as APACs?

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Eu fiz uma solicitação ao Deputado, mas ele explicou essa questão..., a previsão?

O SR. MARCOS ROCHA – Em Ji-Paraná, a APAC está funcionando, está sendo construído, reformado um prédio. Aqui em Porto Velho tem uma delegacia que foi desativada, a SESDEC está transferindo esta delegacia. É o 7º DP?

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – É o 7º DP.

O SR. MARCOS ROCHA – Isso. E, aí, a FBAC veio aqui, viu que o prédio atende. Não é isso? Com algumas adaptações.

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – O Valdecir, o Presidente da FBAC esteve aqui, olhou o prédio. O prédio já foi destinado a SEJUS, o Secretário está hoje à disposição...

O SR. MARCOS ROCHA – Ainda não está transferido, não, está em processo.

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Para a SEJUS, já está com a SEJUS, já. Não foi transferido para a APAC. Já foi transferido para a SEJUS Secretário. Já está lá já, Secretário. O que é que pode ser cobrado? A gente pode cobrar urgência na transferência, urgência na transferência do imóvel para a APAC.

Porque ele já está nas mãos da SEJUS e falta a Procuradoria fazer... Hoje nós tivemos uma reunião...

O SR. MARCOS ROCHA – Lembrando que não pode ser transferência a cedência.

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – Não, é concessão.

O SR. MARCOS ROCHA – Porque a gente não pode, o Estado, ele não pode ceder...

O SR. SIDNEY RIVERO TAVERNARD – É concessão de uso, que é no máximo 05 anos, Secretário. Concessão de uso, Doutor Ezequiel. Concessão de uso.

O SR. MARCOS ROCHA – Mas, é só lembrando que doação não pode. Cedência, concessão de uso, pode.

O SR. EZEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO – Foi lembrado aqui pelo Zezinho, rever a situação das Escolas Unificadas. Então está havendo muita reclamação sobre as escolas unificadas no presídio feminino, então rever essas situações das escolas unificadas, o quantitativo muito pequeno, há muitas denúncias, há muitas denúncias de maus tratos e de tortura no transporte dos apenados e das apenadas até as Unidades de Saúde. E a dificuldade por falta de veículo da escola unificada, há pouca quantidade de escola unificada, de escolas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Todos de acordo aqui para que a gente possa no momento certo assinar? Até porque vai confeccionar, aí, vai demorar um pouquinho. Mas, depois se não ficar pronto, o Secretário assina depois, todos nós que compomos a Mesa aqui, nós conseguimos achar facilmente a todos. Pode ser? Se todos estiverem de acordo, pode ser, Ezequiel?

Então nós vamos encerrar esta audiência pública. Agradecendo a atenção, a parcimônia de todos que participaram, lógico, que nem sempre as ideias convergem, nem sempre pensamos da mesma maneira, mas, o diálogo tem sido fundamental para a evolução, enquanto pessoas, enquanto políticos, enquanto agentes públicos e enquanto cidadão na plenitude da palavra. A gente agradece aos diretores de serviço que estiveram aqui. Muito obrigado. A Assembleia continua de portas abertas à disposição para fazer a defesa intransigente dos servidores, sejam eles trabalhando na gestão de SEJUS, ou não, toda a Assembleia está à disposição de vocês, Procuradora que está aqui, o representante da Prefeitura, a nossa representante do Ministério Público, demais autoridades, ex-vereadora Fatinha, todos que compuseram a Mesa, muito obrigado.

Invocamos a proteção de Deus, encerramos esta Audiência Pública e quero crer que temos um coffee break aqui. Então teremos um coffee break aqui para celebrar, congraçar com todos os amigos. Muito obrigado. Fiquem com Deus.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 17 horas e 29 minutos).**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1920/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ADONILCE FERREIRA MEDEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, na Secretaria Administrativa, a contar de 15 de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1909/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **AMAURI GUEDES DE FRITAS**, matrícula 200163234, Assessor Parlamentar, para o código AP-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1818/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ANDRESSA DAMACENA LIMA SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1939/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **APARECIDO NUNES GOMES**, matrícula 200160794, Assessor Técnico, para o código AT-30, do Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1910/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **BENILDO MARCIO DA SILVA**, matrícula 200163226, Assessor Parlamentar, para o código AP-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1819/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **CRISTINA DA SILVA ROCHA**, matrícula 200163626, para Assessor Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Educação e Cultura, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1948/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **EDSON MARIANO**, matrícula 200163483, Assessor Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1981/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ELISETE RICARDO DE LIMA, para exercer o Cargo de Provisório em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 19 de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1821/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FERNANDO NASCIMENTO MESQUITA, para exercer o Cargo de Provisório em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1820/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

Os Cargos em Comissão dos servidores relacionados, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Educação e Cultura, a contar de 1º de setembro de 2017.

Nome	Matricula
FRANCIELLY HENRIETTA DA SILVA LIMA	200163718
HAYLANA MELO TORRES	200163321
JAQUELINE BARROS DE ANDRADE	200163627

Porto Velho, 01 de setembro de 2017

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1850/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Constituição e Justiça e de Redação, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1964/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **GEISE ELLEN NASCIMENTO CORREA**, matrícula 200163636, para Assistente Técnico,

código AST-30, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1983/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GERSON SANTOS GUIMARAES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1817/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ISRAEL ROBERTO DE AMARAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1928/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

LARRISA OLIVEIRA PONTES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no

Departamento de Logística, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1914/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LEIA DA FONSECA LOURENÇO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1823/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LEONARA SANTOS OLIVEIRA MARTINELLI, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1969/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUIS CLAUDIO CARRATTE, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21,

no Departamento de Apoio à Produção Parlamentar, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1956/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **MARCELO PEREIRA FAUSTINO**, matrícula 200161174, Assessor Técnico, para o código AT-26, da Controladoria Geral, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1849/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCOS WESLEY DA SILVA AGUIAR, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Ribamar Araujo, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1982/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MURILO HENRIQUE DE CANTALISTA FLORESTA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico

co, código AST-13, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 19 de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1986/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação do servidor **PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE**, matrícula 200160680, Assessor Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Constituição e Justiça e de Redação, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1943/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ROBERTO TEIXEIRA PEREIRA, para exercer o Cargo de Provedimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1972/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **ROSANIA REGINA DOS SANTOS OLIVEIRA**, matrícula 200163680, para Assessor Téc-

nico, código AT-28, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1922/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

SIDNEI FERREIRA MACHADO, para exercer o Cargo de Provedimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-9, na Escola do Legislativo, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1957/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **SIMONE DE JESUS DOS SANTOS S. PAIVA**, matrícula 200162178, Assistente Técnico, para o código AST-20, da Controladoria Geral, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1938/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

TATIANA DA COSTA MEDEIROS, para exercer o Cargo de Provedimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21,

no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a contar de 1ª de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1958/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **VANIA BONES CATHARINA**, matrícula 200162394, Assistente Técnico, para o código AST-22, da Controladoria Geral, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1921/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

WYRLANY SOUZA NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, na Advocacia Geral, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 542/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 25 a 30.09.2017, ao Deputado Estadual ALEX MENDONÇA ALVES, cadastro nº200160365, conforme Processo nº. 0013393/2017-27.

Porto Velho - RO, 13 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 543/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 25 a 30/09/2017 ao servidor relacionado, que prestará assessoramento ao Deputado Alex Redano, na missão Rondônia - Peru Expoalimentaria, na cidade de Lima/Peru, conforme Processo nº. 0013393/2017-27.

Matricula: 200163635

Nome: Rogério Gago da Silva

Cargo: Chefe Gabinete

Lotação: Dep. Alex Redano

Porto Velho - RO, 13 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 554/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 25 a 29/09/2017, ao servidor relacionado, que irá participar do Congresso Internacional de Administração com o tema: Conhecimento - A Alavanca para o desenvolvimento, na cidade de Ponta Grossa - PR, conforme Processo nº. 00011743/2017-95.

Matricula: 100010455

Nome: Francisco Tavares de Melo

Cargo: Assessor Técnico

Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 19 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 563/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 03 (três) diárias no período de 26 a 28/09/2017, ao Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO, cadastro nº 200121898, conforme Processo nº. 00013819/2017-00. Porto Velho - RO, 20 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 564/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 02 (duas) diárias no período de 26 a 27/09/2017 ao Deputado Estadual AELCIO JOSÉ COSTA, matrícula nº 200160358, conforme Processo nº. 0013820/2017-01.

Porto Velho - RO, 20 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 565/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 27 a 30/09/2017, ao Deputado Estadual ANDERSON DA SILVA PEREIRA, cadastro nº 200163215, conforme Processo nº. 0013339/2017-92.

Porto Velho - RO, 20 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 566/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 27 a 30/09/2017 a servidora relacionada, que irá assessorar o Presidente da Co-

missão de Educação e Cultura, no VII Encontro Nacional e I Encontro Regional Centro-Oeste da FENACRIA, na cidade de Campo Grande - MS, conforme Processo nº. 0013339/2017-92

Matricula: 200163325
Nome: Marcia Aparecida Pereira
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Gab. Dep Anderson

Porto Velho - RO, 20 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 570/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 24 a 29/09/2017, a servidora relacionada, que irá ministrar curso de Autoestima, no município de Monte Negro - RO, conforme Processo nº. 0013964/2017-91.

Matricula: 100017138
Nome: Cynthia Cristina Zulian
Cargo: Assist. Tec. Legislativo
Lotação: Esc. Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 571/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 24 a 29/09/2017, ao servidor relacionado, que irá ministrar curso de Oratória e Comunicação no serviço Público no município de Nova Brasilândia D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 0013953/2017-84.

Matricula: 100007056
Nome: Renne André Valente Lobo
Cargo: Assist. Tec. Legislativo
Lotação: Esc. Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 572/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 25 a 29/09/2017, ao Deputado Estadual LUIZ ALBERTO GOEBEL, cadastro nº200121913, conforme Processo nº. 00013965/2017-92.

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 573/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 25 a 29/09/2017 ao servidor relacionado, que irá acompanhar o Deputado Luizinho Goebel em reuniões com a Bancada Federal e visita ao Ministério da Saúde, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 0013965/2017-92.

Matricula: 200163734
Nome: José Reginaldo dos Santos
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Com.Saude e Assist. Social

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1854/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALEXANDRE BALENSIEFER, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1798/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALINE DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 31 de agosto de 2017.

Porto Velho, 29 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1809/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALINE MORAIS FONTENELE BARBOZA DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, do Gabinete da Comissão Permanente de Segurança Pública, a contar de 31 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1803/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

AMANDA CRISTINA SA TELES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 30 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1884/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANA CAROLYNE AMANCIO VALE FONTENELE NOGUEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1878/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANTONIO EVERALDO JOCA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, do Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 11 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL/ADJUNTO

ATO Nº1940/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CLEDINA BENTO LACERDA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1804/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 30 de agosto de 2017.

Nome	Código
CLEONICE FERREIRA BORGES DA SILVA	ASP-11
BRENO CASSIANO FERNANDES GONÇALVES	ASP-30
SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA	DGS-9

Porto Velho, 30 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1799/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 31 de agosto de 2017.

Nome	Código
DAIANA GOMES FARIAS	AST-11
ELTON LIMA GONÇALVES	ASP-11
FRANCISCA SOCORRO AIRES DE PAIVA	AST-11

Porto Velho, 29 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1867/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

DANIELA RAMOS DE LIMA CAMPOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, do Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 06 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1896/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ELIMAR MARREIRA DA NOBREGA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, do Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1865/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

FABIO PATRICIO NETO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código ASP-17, do Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 06 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1978/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 18 de setembro de 2017.

Nome	Código
GENESIO TELES DA ROCHA	AT-21
RONAN COSTA MUNIZ	AST-11

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1892/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

HALLAN FRANK CAETANO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1805/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 31 de agosto de 2017.

Nome	Código
HEDER CABRAL VICENTE	ASP-11
ISRAEL ROBERTO DE AMARAL	ASP-18

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1885/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JAQUELINE PALHANDO DE ALENCAR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, do Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 11 de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1832/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JONATAS DE FRANÇA PAIVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código ASP-14, do Gabi-

nete do Deputado Edson Martins, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 04 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1887/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JOSE APARECIDO DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-16, do Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 08 de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1802/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

LEANDRO DE ALMEIDA GOES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 30 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1794/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

LILIANE CASTIEL ERSE DA SILVA BORZACOV, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia,

Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 31 de agosto de 2017.

Porto Velho, 24 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1860/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

LOURIVAL GOMES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-26, do Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 06 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1789/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

LOTAR

PAULA DA SILVA FERREIRA, Agente Administrativo, Matrícula nº 1851-2, pertencente ao Quadro Efetivo dos Servidores Públicos do Município de Buritis/RO, no Gabinete da Secretaria Administrativa, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 22 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1816/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

POLIANE CARNEIRO DO REGO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL/ADJUNTO

ATO Nº1813/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 1º de setembro de 2017.

Nome	Código
DEBORA SANDY MIRANDA DE ALMEIDA	ASP-11
RAFAEL CIOFFI NETO	AST-15

Porto Velho, 1º de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL/ADJUNTO

ATO Nº1990/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

RAFAELA ALVES DA SILVA BARRETO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Jesuino Boabaid, a contar de 15 de setembro de 2017.

Porto Velho, 15 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1915/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

RODRIGO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 14 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1886/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ROMARIO LEONER DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 06 de setembro de 2017.

Porto Velho, 12 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1848/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

SIMONE DE JESUS FERNANDES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1834/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

TALISSON RAFAEL CARVALHO MICHELETTI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-28, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2017.

Porto Velho, 04 de setembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETÁRIO GERAL

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA

Pregão Eletrônico no 012/2017/ CPP/ ALE/ RO
Processo Administrativo no 11732/2017-87

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo ATO No 1438/2016-SRH/P/ALE, torna público aos interessados que a licitação suspensa em 18/09/2017, tendo como finalidade o

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de suprimentos de informática - cartuchos de toner para uso em impressoras multifuncionais KYOCERA ECOSYS e impressoras HP LASERJET, a pedido do Departamento de Informática, dar-se-á no dia 09 de outubro de 2017, às 09:00hs, em face do ADENDO MODIFICADOR No 001.

Porto Velho/RO, 22 de setembro de 2017.

Everton José dos Santos Filho

Pregoeiro ALE/RO

Mat. 200163144

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo nº 0012912/2017-10

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, através de seu Secretário Geral, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços - PREGÃO SRP Nº 001/2016 - Processo Administrativo nº 23227.000532/2016-63, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus São Borja, cujo objeto é a aquisição de mobiliário de biblioteca, sala de aula, laboratório de ensino, e de escritório, tendo como fornecedor registrado a empresa Plaxmetal S.A. Indústria de Cadeiras Corporativas, inscrita no CNPJ/MF nº 91.404.251/0001-97, com sede a Rua Salomão Iochpe, nº 267, Bairro Industrial - CEP: 99706-532, Erechim/RS, conforme abaixo:

GRUPO	ITEM DA ATA	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	63	CADEIRA ESTOFADA TIPO PRESIDENTE. Constituída de assento, encosto, mecanismo Relax, Lâmina, apoios de braço, coluna a gás Classe 4 e base com rodízio de PU. Assento em estrutura plástica injetada em polipropileno com fibra de vidro com porcas garra ¼" fixadas nos pontos de montagem dos mecanismos e apoios de braço. Com dimensões de aproximadamente 480mm de largura, 460mm de profundidade e 100mm de espessura com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de 55 e 45 milímetros de espessura, com formato ergonômico levemente adaptado ao corpo. Assento com carenagem plástica injetada em polipropileno que é encaixada à estrutura, dispensando o uso de parafusos e grampos. A altura do assento até o chão é regulável de 420mm à 530mm. Encosto com estrutura de madeira laminada com 12mm de espessura, levemente conformada ao corpo, com porcas	50	PLAXMETAL	800,00	40.000,00

garra ¼" fixadas nos pontos de montagem dos mecanismos e lâminas. Suas dimensões são 450mm de largura, 610mm de altura e 100mm de espessura, com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de 33 e 45mm de espessura com formato ergonômico levemente adaptado ao corpo. Acabamento do encosto com carenagem plástica injetada em polipropileno que é encaixada à estrutura, dispensando o uso de parafusos e grampos. Revestimento deve ser de Poliéster e pode ser escolhido entre diversas cores e deve possuir costura decorativa que deixa o produto ainda mais atraente. O mecanismo deve ser feito em chapa de aço 1010/1020 de espessura 2.65mm, fosfatada pintada com tinta epóxi pó. Dotada de alavanca plástica para acionamento da coluna a gás para regulagem de altura do assento, além de travamento e liberação do reclinação simultâneo de assento e encosto. A tensão desse reclinação deve ser ajustável por meio de uma manopla que quando girada aumenta ou diminui a pressão sobre a mola que regula o movimento. Encosto com altura regulável por meio de lâmina com catraca, a lâmina com catraca deve ser fabricada em chapa de aço 1010/1020 com 6,35mm de espessura com vinco central para maior resistência com mecanismo catraca fabricado em peças injetadas em Poliamida reforçada com fibra de vidro. Braços no modelos Corsa fixo com revestimento em PU e os acabamentos plásticos dos assentos e encostos e apoios de braços são na cor preto. Base Diretor fabricada em chapa de aço 1010/1020 de 1,5mm de espessura, conformada na ponta do tubo para encaixe do pino do rodízio com uma carenagem texturizada injetada em polipropileno como acabamento e acabamento telescópico na coluna à gás. Rodízios de PU. Diâmetro da base 690mm, e deverá receber banhos de fosfatização e pintura em tinta epóxi Pó. Os produtos devem atender as normas da ABNT, e do INMETRO. Com garantia mínima de 03 (três) anos para defeito de fábrica.

Porto Velho/RO, 22 de setembro de 2017.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral – ALE/RO